

A Luta Operária

Anton Pannekoek

Fonte: [The Marxists Internet Archive](#)

Capítulo 1 - O Sindicalismo

A tarefa primordial da classe operária é tomar em suas mãos a produção e organizá-la. Para prosseguir a luta é, contudo, necessário ver clara e distintamente o fim a atingir. Não resta senão o combate em si mesmo, isto é, a conquista do poder sobre a produção é a principal e mais difícil parte do que há a fazer. É no decurso desta luta que se criarão os Conselhos Operários.

Não podem prever-se exactamente as formas que, no futuro, tomará a luta dos trabalhadores pela sua libertação. Essas formas dependerão das condições sociais e evoluirão com o crescente poder da classe operária. É e será necessário examinar de que modo esta batalha se desenrolou até ao presente e como adaptou as suas acções às mudanças de circunstâncias. Não seremos capazes de fazer face às necessidades do momento senão através dos ensinamentos, da experiência daqueles que nos precederam e somente encarando-a de uma forma crítica.

Em qualquer sociedade assente sobre a exploração duma classe trabalhadora por uma classe dominante se trava uma luta permanente, cuja parada é a divisão do produto total do trabalho, ou, noutros termos, o grau de exploração. Assim, a Idade Média, como todos os séculos que se lhe seguiram, está cheia de combates incessantes e encarniçados entre os camponeses e os senhores da terra. Na mesma época, pode ver-se a luta da classe burguesa, em ascensão, contra a nobreza e a monarquia, pelo poder sobre a sociedade. É uma luta de classes, de natureza diferente, associada ao crescimento de um novo sistema de produção, proveniente do desenvolvimento da técnica, da indústria e do comércio. É uma guerra entre os senhores da terra e os do capital, entre o sistema feudal em declínio e o sistema capitalista em pleno voo. Através duma série de convulsões sociais, revoluções políticas e guerras, em Inglaterra, França e em seguida, noutros países, a classe capitalista conquistou o domínio completo da sociedade.

No regime capitalista, a classe operária deve travar contra o Capital duas espécies de lutas. Travar um combate perpétuo para atenuar a forte pressão da exploração, para fazer aumentar os salários e acrescentar

ou manter a sua parte no produto total. Por outro lado deve com o aumento da sua força, conquistar o domínio da sociedade para derrubar o capitalismo e instaurar um novo sistema de produção.

Quando, pela primeira vez, no início da revolução industrial, em Inglaterra, se introduziram máquinas de fiar e depois de tecer, os operários revoltados quebraram-nas. Não eram propriamente operários no sentido actual do termo, quer dizer, assalariados. Tratava-se de pequenos artesãos, até então independentes, reduzidos agora à fome pela concorrência das máquinas, produzindo a baixo preço, e que em vão experimentaram destruir a causa da sua miséria. Em seguida, eles ou os seus filhos, tornaram-se os trabalhadores assalariados, manobrando eles mesmos as máquinas, e a sua posição foi mudada. O mesmo se passou com exércitos de camponeses que, durante todo o século XIX, período do desenvolvimento industrial, se amontoaram nas cidades, atraídos por aquilo que lhes parecia bons salários. Na época moderna, são os descendentes dos operários que povoam as fábricas e sê-lo-ão cada vez mais.

Para todos, a luta por melhores condições de trabalho é uma necessidade imediata. Sob pressão da concorrência e para aumentar os lucros, os patrões tentam baixar os salários e aumentar o mais possível os períodos de trabalho. Os trabalhadores, impotentes, ameaçados pela fome, devem submeter-se em silêncio. Depois a resistência explode de repente, sob a única forma possível: a recusa de trabalhar, a greve. Na greve, os trabalhadores descobrem pela primeira vez a sua força; na greve aparece o seu poder de luta. Da greve nasce a associação de todos os trabalhadores duma fábrica, duma indústria, duma nação. Da greve nasce a solidariedade, o sentimento de fraternidade entre camaradas de trabalho o sentimento de união com toda a classe: é a primeira aurora do que será, um dia, o sol da nova sociedade. A entreaajuda, aparecendo primeiro sob a forma de colectas espontâneas e benévolas, cedo toma a forma durável dum sindicato.

O desenvolvimento dum sindicalismo sólido exige certas condições. A dura existência num mundo onde tudo é permitido aos exploradores, onde reinam as proibições e o arbítrio policial, situação herdada em grande parte do período pré-capitalista, deve ser primeiro suavizada, antes de se poderem edificar construções sólidas. Os trabalhadores tiveram de lutar a maior parte do tempo por si mesmos, para que as condições de desenvolvimento do sindicalismo fossem garantidas. Em Inglaterra, foi a campanha revolucionária do cartismo; na Alemanha, meio século mais tarde, a luta da social-democracia, que, impondo o reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores, lançaram as bases do desenvolvimento dos sindicatos.

Nos nossos dias existem sólidas organizações, englobando trabalhadores dum mesmo ramo industrial,

num mesmo país, mantendo ligações com outros sectores da actividade e internacionalmente unidos aos sindicatos de outros países do mundo. O pagamento regular de elevadas cotizações fornece os fundos necessários para a manutenção dos grevistas quando se torna imperioso forçar os capitalistas a conceder, contra sua vontade, condições mais decentes de trabalho aos operários. Os camaradas mais capazes, por vezes vítimas do inimigo na sequência de lutas passadas, tornam-se os permanentes, fazendo, nas negociações com os investidores capitalistas, o papel de porta-voz dos operários, independentes e conhecendo bem os problemas. Em consequência de uma greve oportunamente desencadeada e sustentada com toda a força do Sindicato, em consequência das negociações que se realizam, podem ser concluídos acordos, assegurando salários mais elevados e uniformes, horários de trabalho mais reduzidos, na medida em que a duração destes não esteja ainda fixada por lei.

Os trabalhadores já não são mais indivíduos impotentes, obrigados pela fome a vender a sua força de trabalho não importa por que preço. Estão agora protegidos pela força da sua própria solidariedade e cooperação, porque cada sindicalizado não só dá uma parte do seu salário para os seus camaradas, como está pronto a arriscar o seu próprio emprego, na defesa da organização e da comunidade sindical. Assim, estabelece-se um certo equilíbrio entre a força operária e a dos patrões. As condições de trabalho deixam de ser impostas pelos interesses todo-poderosos dos capitalistas. Os sindicatos são, pouco a pouco, reconhecidos como representantes dos interesses dos trabalhadores e, ainda que a luta continue necessária, tornam-se uma força que participa nas decisões. Não por toda a parte, nem de um só golpe, nem em todos os ramos da indústria. Os operários especializados são geralmente os primeiros a criar os seus sindicatos. A massa dos operários não especializados, que povoam as grandes fábricas e lutam contra os patrões mais poderosos, só mais tarde o consegue. Os seus sindicatos nascem sobretudo, no decorrer duma súbita explosão de grandes lutas. Mas contra os monopólios proprietários de, empresas gigantescas, os sindicatos têm poucas hipóteses de sucesso; esses capitalistas todo-poderosos querem ser os senhores absolutos, e a sua arrogância tolera somente o «sindicato amarelo», quer dizer, às suas ordens.

Posta esta restrição de parte e supondo que o sindicalismo esteja plenamente desenvolvido e controle toda a indústria, isso não significa que a exploração esteja abolida e o capitalismo suprimido. São somente o arbítrio do capitalismo isolado e os piores abusos de exploração que estão abolidos. E este estado de coisas corresponde também ao interesse dos outros capitalistas - protege-os contra toda a concorrência desleal - e ao interesse do capitalismo em geral. O desenvolvimento do poder dos sindicatos permite uma normalização do capitalismo, uma certa norma de exploração é universalmente aceite e estabelecida. Uma norma para os salários, que corresponda às exigências vitais mais modestas e tal que os trabalhadores, empurrados pela fome, não sejam conduzidos à revolta, é necessária para que a produção não se faça aos solavancos. Uma norma para os horários de trabalho, não esgotando de todo a vitalidade da classe

operária - ainda que as reduções de horários sejam largamente compensadas pela aceleração da cadência e pela intensidade do esforço - é necessária ao capitalismo em si mesmo; é preciso ter em reserva uma classe operária utilizável pela exploração futura. Foi a classe operária que, com as suas lutas contra a mesquinhez e estreiteza de espírito da capacidade capitalista, contribuiu para estabelecer as condições de um capitalismo normal. Sem parar, deve bater-se para preservar este precário equilíbrio. Os sindicatos são os instrumentos destas lutas, por isso preenchem uma função indispensável no capitalismo. Alguns patrões menos espertos não compreendem isto, mas os seus chefes políticos, mais avisados, sabem muito bem que os sindicatos são um elemento essencial ao capitalismo, e que, sem esta força reguladora que são os sindicatos operários, o poder capitalista não seria completo. Finalmente, se bem que produzidos pelas lutas dos operários e mantidos vivos pelos seus esforços e sacrifícios, os sindicatos tornaram-se órgãos da sociedade capitalista.

Mas com o desenvolvimento do capitalismo, as condições de exploração, pouco a pouco, tornaram-se favoráveis aos operários. O grande capital cresce, toma consciência da sua força e deseja ser sozinho o senhor. Os capitalistas aprenderam também o valor da força que dá a associação; organizam-se em sindicatos patronais. Em lugar da igualdade de forças aparece uma nova forma de superioridade do Capital. As greves são contrariadas pelo «lock-out», que esgota os fundos aos sindicatos. O dinheiro dos trabalhadores não pode rivalizar com o dinheiro dos capitalistas. Nas negociações sobre salários ou condições de trabalho, os sindicatos estão, mais do que nunca, em posição de inferioridade, porque devem temer (ou tentar evitar) as grandes lutas que esgotem as reservas e, por isso mesmo, põem em perigo a existência bem assente da organização e dos seus funcionários permanentes. Nas negociações, os delegados têm muitas vezes que aceitar uma degradação das condições de vida para evitar a luta. A seus olhos, é inevitável e escusado será dizer, compreendem que as condições mudaram e a força da sua organização na luta baixou relativamente.

Do ponto de vista dos trabalhadores, não é absolutamente evidente que se deva aceitar, em silêncio, condições de trabalho e de vida mais duras; os trabalhadores querem bater-se. Aparece então uma contradição. Os funcionários sindicais permanentes parecem possuir o bom-senso por todos. Sabem que os sindicatos estão em posição de fraqueza e que a luta terminará na derrota. Mas os trabalhadores sentem instintivamente que grandes forças permanecem escondidas sob as massas; se ao menos soubessem como pô-las em movimento e como servir-se delas! Compreendem bem que cedendo, agora e sempre, verão a sua situação piorar e que esta degradação só pode ser evitada lutando. Surgem então conflitos entre os filiados dos sindicatos e os seus permanentes. Os sindicalizados protestam contra os novos níveis de salários, sempre favoráveis aos patrões; os delegados defendem os acordos a que chegaram depois de longas e difíceis negociações e tentam fazê-los ratificar. Assim, devem por vezes servir de porta-voz dos

interesses do Capital contra os dos operários. E, porque são os dirigentes influentes dos sindicatos e põem todo o peso do seu poder e autoridade dum lado, bem determinado, da balança, pode dizer-se que, nas suas mãos, os sindicatos se transformam em órgãos do Capital.

O crescimento do Capital, o aumento do número de trabalhadores, a necessidade permanente para eles de se associarem, transformaram os sindicatos em organizações gigantes, que exigem um estado-maior, cada vez mais importante, de funcionários e dirigentes. Cria-se uma burocracia que executa o trabalho administrativo; torna-se num poder que reina sobre os sindicalizados, porque todos os elementos de poder estão nas mãos de burocratas sindicais. Especialistas, estes, preparam e organizam todas as actividades; ocupam-se das finanças e dispõem do dinheiro em todas as ocasiões; publicam a imprensa sindical, graças à qual podem difundir e impôr as suas próprias ideias e pontos de vista pessoais aos restantes filiados. Instala-se uma democracia formal. Reunidos os membros dos sindicatos nas assembleias, os delegados eleitos pelos congressos devem tomar as decisões, exactamente como o povo decide da política por intermédio do parlamento e do estado. Mas as mesmas razões que fazem do parlamento e do governo os senhores do povo, encontram-se nestes parlamentos do trabalho. A burocracia dos especialistas oficiais, dominando todas as coisas, transforma-se numa espécie de governo sindical, reinando sobre os filiados açambarcados pelo seu trabalho e problemas quotidianos. Já não é a solidariedade, essa virtude proletária por excelência, mas a disciplina, a obediência às decisões que lhes é pedida. Surgem então divergências de pontos de vista e de opiniões sobre diversas questões. Crescem do mesmo modo que as diferenças de condições de vida: insegurança de emprego para os trabalhadores sempre ameaçados pelas depressões e pelo desemprego, contrastando com a segurança necessária aos permanentes para uma boa gestão dos assuntos do sindicato.

É tarefa e função do sindicalismo, ao unificar as lutas, fazer sair os trabalhadores da sua miséria e angustia e permitir-lhes conquistar e fazer reconhecer a sua condição de cidadãos e direitos a ela inerentes na sociedade capitalista. Deve defender os operários contra a exploração cada vez maior do grande Capital. Mas hoje, o grande Capital transforma-se cada vez mais em poder monopolista de bancos, de trustes industriais, e assim se reforça, daqui resulta que esta função primária do sindicalismo desapareceu. O seu poder tornou-se insignificante em relação ao formidável poder do Capital. Os sindicatos são hoje organizações gigantes, cujo lugar é reconhecido pela sociedade. A sua posição está regulamentada pela lei; e acordos que façam têm força legal para toda a indústria. Os seus chefes aspiram fazer parte do poder que determina as condições de trabalho. Formam um aparelho, graças ao qual o capitalismo monopolista impõe as suas condições à classe operária inteira. Para o Capital, doravante todo-poderoso, é mais vantajoso disfarçar a sua hegemonia sob formas democráticas e Constitucionais, que mostrá-la sob a forma directa e brutal de ditadura. As condições de trabalho que lhe parecem convir aos operários serão

respeitadas mais facilmente sob a forma de acordos concluídos com os sindicatos, do que sob a forma de «diktat» imposto com arrogância. Para já, porque deixa aos operários a ilusão de serem senhores dos seus próprios interesses; depois, porque tudo o que liga os operários aos sindicatos (os organismos que eles próprios criaram, pelos quais fizeram tantos sacrifícios, travaram tantas lutas, dispensaram tanto entusiasmo), quer dizer, tudo o que torna os sindicatos queridos ao seu coração, é justamente o que torna os trabalhadores dóceis à vontade dos seus senhores. Assim, as condições que vigoram hoje fizeram que, mais que nunca, os sindicatos se transformassem em órgãos de dominação do capitalismo monopolista sobre a classe operária.

Capítulo 2 - A Acção Directa

Os sindicatos perdem então a sua importância na luta dos operários contra o Capital. Mas a luta, em si mesma, não pode cessar. Com o grande Capital, as tendências para a crise acentuam-se e a resistência operária tem que desenvolver-se também. As crises económicas fazem cada vez mais estragos e destroem o que poderia parecer um progresso assegurado. A exploração intensifica-se na esperança de retardar a baixa dos níveis de lucro dum Capital que cresce rapidamente. Os trabalhadores terão de resistir sempre. Mas contra o poder grandemente aumentado do Capital, os velhos métodos de luta tornaram-se ineficazes. Novos processos são necessários e logo aparecem. Brotam espontaneamente das greves selvagens (ilegais), na acção directa.

A acção directa é a acção dos trabalhadores, aquela que não passa pelo intermediário - os burocratas sindicais. Uma greve diz-se «selvagem» (ilegal ou não oficial) por oposição às greves desencadeadas pelos sindicatos respeitando os regulamentos e as leis. Os trabalhadores sabem que a greve legal carece de efeito; os delegados são forçados a desencadeá-la contra sua vontade e sem que a tenham previsto, talvez pensando intimamente que uma derrota seria lição salutar para os presunçosos operários e sempre tentam pôr-lhe fim o mais rapidamente possível. É por isso que a exasperação explode no meio de grupos, maiores ou menores, de operários e toma a forma de greve selvagem, desde que a opressão se torne muito forte ou as negociações se arrastem sem resultado.

O combate da classe operária contra o Capital é impossível sem organização. Esta nasce espontaneamente, imediatamente; não sob a forma de um novo sindicato, é precise dizê-lo, com direcção eleita e regras escritas, sob a forma de parágrafos sucedendo-se em boa ordem. Por vezes acontece assim: os trabalhadores, atribuindo a ineficácia de luta aos defeitos pessoais dos velhos chefes, cheios de furor

contra os sindicatos tradicionais, fundam um novo sindicato, à cabeça do qual põem os homens mais capazes e enérgicos. E, com efeito, ao princípio as lutas endurecem, encarniçam-se. Mas com o tempo, ao novo sindicato, se continua pequeno, falta-lhe força, qualquer que seja, de resto, o seu activismo; se, pelo contrário cresce, a necessidade faz-lhe adquirir as mesmas características dos sindicatos tradicionais. Em consequência da experiências deste tipo, os trabalhadores acabarão por escolher outra via: manter inteiramente nas suas mãos a direcção da sua própria luta.

Que se pretende dizer com: «manter inteiramente nas suas mãos a direcção da sua própria luta» (ou, se preferirmos, dirigir eles próprios os seus assuntos)? Deve entender-se que toda a iniciativa e decisão emanam dos próprios trabalhadores. Mesmo existindo um comité de greve - indispensável quase sempre, pois os trabalhadores não podem estar permanentemente reunidos - tudo será feito pelos grevistas. Permanecem ligados, repartindo entre si as tarefas, tomam as medidas que se impõem e decidem directamente todas as acções a efectuar. A decisão e a acção, ambas colectivas, formam um todo.

A primeira tarefa a executar, a mais importante, é fazer propaganda, numa tentativa de estender a greve. A pressão sobre o Capital deve intensificar-se. Em face do gigantesco poder do Capital, não somente os operários, tomados individualmente, são impotentes, mas também os grupos de trabalhadores que permaneçam isolados. A única força que está à altura de lutar contra o Capital é a que resulta da unificação, firme e resoluta, de toda a classe operária. Os patrões sabem-no ou sentem-no muito bem e a única coisa que os faz ceder e fazer concessões é o medo de que a greve se torne geral. As hipóteses de sucesso são tanto maiores quanto a vontade dos grevistas seja claramente expressa e o número dos que entram em luta é mais importante.

Tal extensão produz-se porque não se trata da greve de um grupo que está atrasado, vivendo em condições piores que os outros operários tentando elevar-se até ao nível geral. Nas circunstâncias presentes e novas, o descontentamento é geral; todos os trabalhadores se sentem acabrunhados pela dominação do Capital, por toda a parte se acumulam motivos para uma exploração social. Não é por terceiros mas por si mesmos que os trabalhadores entram em luta. Se se sentissem isolados, temendo perder os seus empregos, ignorando as reacções dos camaradas, na ausência total de unidade, recuariam perante a acção. Mas desde que entram na batalha transformam-se; o medo, o egoísmo são relegados para segundo plano e novas forças jorram - o sentimento comunitário e a própria comunidade, a solidariedade e a abnegação - que despertam a coragem e reforçam a determinação. E elas são contagiosas, o exemplo da luta subleva outros trabalhadores, que sentem nascer em si próprios as mesmas forças, a mesma confiança em si e nos outros. Assim, a greve selvagem, qual fogo numa pradaria, alcança outras empresas e engloba massas cada vez mais numerosas e importantes.

Tal resultado não pode ser obra de um pequeno número de chefes, de funcionários sindicais ou de novos porta-vozes, que se tivessem imposto por si mesmos, se bem que, sem dúvida alguma, a ousadia de alguns intrépidos camaradas possa impulsionar fortemente a acção. É necessário que seja a vontade e o trabalho de todos, o produto da iniciativa comum. Os trabalhadores não devem somente agir, é preciso que imaginem, reflectam e decidam por si próprios. Não podem deixar a decisão e responsabilidade a um organismo, um sindicato, que se encarregaria deles. São inteiramente responsáveis pela sua luta, sucesso ou derrota dependem deles somente. Eram homens passivos, tornam-se homens activos, tomando com decisão o seu próprio destino nas mãos. Eram indivíduos isolados, importando-se apenas consigo mesmos, são agora um grupo unido, fortemente cimentado.

As greves espontâneas apresentam ainda outro aspecto importante: a divisão dos trabalhadores em sindicatos distintos é anulada. No mundo sindical as tradições herdadas da época do pequeno capitalismo jogam um importante papel, separam os trabalhadores em corporações muitas vezes rivais, invejosas, e disputando-se sem cessar. Em alguns países, as diferenças políticas e religiosas são também barreiras que conduzem à criação de sindicatos liberais, Católicos, socialistas ou outros, bem individualizados uns dos outros. Na oficina, os membros dos diversos sindicatos encontram-se ombro a ombro. Mas, mesmo no decorrer duma greve permanecem muitas vezes isolados, evitando deixar-se contaminar demasiado por ideias unitárias, deixando o trabalho de fazer acordos, com vista à acção ou às negociações, apenas para as direcções sindicais e os delegados. Aquando duma acção directa, estas diferenças de dependência perdem totalmente o seu objectivo e interesse. Porque durante uma luta espontânea a unidade é uma necessidade vital. E esta unidade existe, pois se assim não fosse não existiria a luta. Todos os que trabalham em conjunto numa fábrica, que estão na mesma situação, submetidos à mesma exploração, lutam contra o mesmo patrão e reencontram-se em conjunto na acção comum. A comunidade real é a fábrica, é o pessoal da mesma empresa, constituem uma comunidade natural que efectua um trabalho em comum, cujos membros estão ligados a um destino e partilham interesses comuns. As antigas divergências, resultando de dependências sindicais ou religiosas, apagam-se. Espectros do passado, estão quase esquecidos na realidade viva e nova que constitui a fraternidade na luta comum. A consciência vivificante da unidade nova reforça o entusiasmo e o sentimento de força.

Assim nas greves selvagens aparecem algumas características da forma das lutas do futuro: primeiro que tudo, a acção por si mesmo e a iniciativa pessoal, que permitem conservar nas mãos toda a actividade e decisão; em seguida a unidade, que se ri das antigas divisões e se realiza a partir do agrupamento natural que é a empresa. Estas formas surgem não de planos pré-concebidos, mas espontaneamente. irresistivelmente, impostas pela força superior do Capital, contra a qual as organizações tradicionais já não podem seriamente lutar. Mas isto não significa só por si que o vento tenha mudado, que os

trabalhadores vão ganhar de certeza. Porque as greves selvagens conduzem a maior parte das vezes à derrota, continuam a ser muito limitadas. Só em alguns casos favoráveis conseguem evitar a degradação das condições de trabalho. A sua importância reside no facto de mostrarem um vivo espírito de luta, que não pode ser reprimido. Sempre essa vontade de se afirmar como homem brota de novo dos instintos profundos de auto-conservação, dos deveres para com a família e os camaradas. Assim se reencontram e desenvolvem a confiança em si mesmo e a consciência de classe. Estas greves selvagens são anunciadoras das grandes lutas do futuro, que, provocadas pelas necessidades sociais importantes, por uma repressão cada vez mais pesada e uma miséria mais profunda, as massas serão forçadas a travar.

Quando as greves selvagens rebentam em larga escala, envolvendo grandes massas, ramos inteiros da indústria, cidades ou regiões, a organização tem de tomar novas formas. É então impossível reunir numa única assembleia para deliberar todos os grevistas. Todavia, mais que nunca, a compreensão mútua é condição da acção comum. Formam-se comités de greve, que agrupam os delegados de todo o pessoal e que discutem permanentemente a situação. Claro que os comités de greve nada têm de comum com os secretariados sindicais compostos por funcionários. Antes possuem já certas características dos conselhos operários. Nasce da luta, da necessidade de lhe dar unidade, direcção e fim. Mas não agrupam líderes no sentido ordinário do termo, não têm poder directo algum. Os delegados, que de resto não são sempre as mesmas pessoas nas diferentes sessões, vêm para exprimir a vontade e opinião dos grupos que os mandataram. Porque esses grupos não apoiam senão uma acção em que a sua vontade se pode manifestar. Por consequência, os delegados não são simples mensageiros dos grupos mandatários; têm um papel preponderante na discussão, encarnam as convicções dominantes. Nas reuniões dos comités, as opiniões são discutidas, examinadas à luz das circunstâncias; os resultados das deliberações e as resoluções são retransmitidas pelos delegados aos grupos de grevistas reunidos. É por seu intermédio que o pessoal da fábrica, ele mesmo, pode tomar parte nas deliberações e decisões. É assim que, no caso de importantes massas de grevistas, a unidade de acção está assegurada.

Bem entendido, esta unidade de acção não significa que cada grupo se curve sem pestanejar às decisões do comité de greve. Nenhum regulamento escrito confere tal poder de decisão ao comité. A unidade na luta não é um regulamento determinando uma utilização judiciosa de competências, mas uma resposta espontânea às exigências da situação, numa atmosfera de acção apaixonada. Os trabalhadores tomam eles mesmos as decisões, não em virtude de um direito que lhes fosse conferido por regulamentos por eles aceites, mas simplesmente porque decidem verdadeiramente dos seus actos. Pode mesmo acontecer que os argumentos apresentados por um grupo não consigam convencer os outros, mas que isso acabe por conduzir finalmente à decisão, pela força da sua acção e do seu exemplo. A auto-determinação dos trabalhadores em luta não é uma dessas exigências deduzida do estudo teórico, a partir de discussões

sobre a necessidade e possibilidade da sua utilização, é simplesmente a constatação de um facto decorrendo da prática. Muitas vezes tem sucedido no decurso de grandes movimentos sociais - e sem dúvida alguma voltará a suceder - que as acções efectuadas não correspondam às decisões tomadas. Por vezes os comités centrais lançam um apelo à greve geral e só são seguidos aqui e além por pequenos grupos. Algures, os comités pesam tudo minuciosamente, sem se aventurarem a tomar uma decisão, e os trabalhadores desencadeiam uma luta de massas. É possível também que os mesmos trabalhadores que estavam resolvidos a fazer greve com todo o entusiasmo, recuem no momento de agir, ou, inversamente, que uma prudente hesitação se reflecta nas decisões e que de repente, por acção de forças interiores ocultas, uma greve não decidida estale irreversivelmente. Enquanto os trabalhadores nada têm de comum com os secretariados sindicais compostos por funcionários. Antes possuem já certas características dos conselhos operários. Nascem da luta, da necessidade de lhe dar unidade, direcção e fim. Mas não agrupam líderes no sentido ordinário do termo, não têm poder directo algum. Os delegados, que de resto não são sempre as mesmas pessoas nas diferentes sessões, vêm para exprimir a vontade e opinião dos grupos que os mandataram. Porque esses grupos não apoiam senão uma acção em que a sua vontade se pode manifestar. Por consequência, os delegados não são simples mensageiros dos grupos mandatários; têm um papel preponderante na discussão, encarnam as convicções dominantes. Nas reuniões dos comités, as opiniões são discutidas, examinadas à luz das circunstâncias; os resultados das deliberações e as resoluções são retransmitidas pelos delegados aos grupos de grevistas reunidos. É por seu intermédio que o pessoal da fábrica, ele mesmo, pode tomar parte nas deliberações e decisões. É assim que, no caso de importantes massas de grevistas, a unidade de acção está assegurada.

Bem entendido, esta unidade de acção não significa que cada grupo se curve sem pestanejar às decisões do comité de greve. Nenhum regulamento escrito confere tal poder de decisão ao comité. A unidade na luta não é um regulamento determinando uma utilização judiciosa de competências, mas uma resposta espontânea às exigências da situação, numa atmosfera de acção apaixonada. Os trabalhadores tomam eles mesmos as decisões, não em virtude de um direito que lhes fosse conferido por regulamentos por eles aceites, mas simplesmente porque decidem verdadeiramente dos seus actos. Pode mesmo acontecer que os argumentos apresentados por um grupo não consigam convencer os outros, mas que isso acabe por conduzir finalmente à decisão, pela força da sua acção e do seu exemplo. A auto-determinação dos trabalhadores em luta não é uma dessas exigências deduzida do estudo teórico, a partir de discussões sobre a necessidade e possibilidade da sua utilização, é simplesmente a constatação de um facto decorrendo da prática. Muitas vezes tem sucedido no decurso de grandes movimentos sociais - e sem dúvida alguma voltará a suceder - que as acções efectuadas não correspondam às decisões tomadas. Por vezes os comités centrais lançam um apelo à greve geral e só são seguidos aqui e além por pequenos

grupos. Alguém, os comités pesam tudo minuciosamente, sem se aventurarem a tomar uma decisão, e os trabalhadores desencadeiam uma luta de massas. É possível também que os mesmos trabalhadores que estavam resolvidos a fazer greve com todo o entusiasmo, recuem no momento de agir, ou, inversamente, que uma prudente hesitação se reflita nas decisões e que de repente, por acção de forças interiores ocultas, uma greve não decidida estale irreversivelmente. Enquanto os trabalhadores, na sua maneira consciente de pensar, utilizam velhas palavras de ordem e velhas teorias que se exprimem nos seus argumentos e opiniões, dão provas, no momento da decisão de que depende a sua felicidade ou infelicidade, duma intuição profunda, duma compreensão instintiva das condições reais, que finalmente determina os seus actos. Isso não significa que essas intuições sejam sempre um guia seguro; as pessoas podem ser induzidas em erro pela impressão que têm das condições exteriores. Mas são essas intuições que conduzem à decisão. Não se podem substituir por uma orientação exterior, por anjos da guarda, por mais hábeis que fossem, que dirigiriam os grevistas. É necessário que estes tirem da sua própria experiência de luta, dos seus sucessos como dos fracassos, dos esforços que fizeram, o ensinamento que lhes permita adquirir a capacidade necessária à defesa dos seus próprios assuntos.

Assim, as duas formas de organização e de luta opõem-se. A antiga, a dos sindicatos e greves regulamentadas; a nova, a das greves espontâneas e dos conselhos operários. Isto não significa que a primeira seja um dia, simplesmente, substituída pela segunda. Formas intermédias poderão imaginar-se. Estas constituiriam tentativas de corrigir os males e fraquezas do sindicalismo, salvaguardando os seus bons princípios; por exemplo, atenuar o dirigismo duma burocracia de permanentes, evitar aprofundar o fosso criado pela estreiteza de vistas e interesses «de capelinha», preservar e utilizar a experiência de lutas passadas. Isto poderia fazer-se reagrupando, depois duma greve, o núcleo dos melhores militantes num único sindicato. Em qualquer lado onde uma greve rebentasse espontaneamente, esse sindicato estaria presente com os seus organizadores, e propagandistas experientes. Assistiriam as massas inexperientes com o seu conselho, instruí-las-iam, defendê-las-iam e organizá-las-iam. Deste modo, cada luta marcaria um progresso na organização, mas no sentido do desenvolvimento da unidade de classe.

O grande sindicato americano I.W.W.⁽¹⁾ é um exemplo de tal organização. Criado nos fins do último século, este sindicato, que se opunha à A.F.L.⁽²⁾, sindicato conservador dos operários especializados com salários elevados, corresponde às condições particulares dos EUA. Em parte resultado de duras batalhas travadas por mineiros e lenhadores, pioneiros independentes que partiram à conquista das regiões selvagens do Far-West, contra o grande Capital que tinha monopolizado ou saqueado as riquezas das florestas e dos solos, era também o resultado das greves da fome efectuadas por massas de emigrantes miseráveis, originários da Europa de Leste e do Sul, amontoados e explorados nas minas de carvão, nas fábricas e cidades do Este dos Estados Unidos, desprezados e abandonados pelos sindicatos tradicionais.

Os I. W. W. forneceram a esses trabalhadores chefes e agitadores experimentados, que lhes mostraram como lutar contra o terrorismo da polícia, que os defenderam perante a opinião pública e os tribunais, que lhes deram uma consciência mais ampla das sociedades do capitalismo e da luta de classes. Nessas lutas gigantescas, dezenas de milhares de novos membros aderiram aos I.W.W.. Hoje mais não resta que um punhado de militantes. Esse «grande sindicato único» (one big union) estava adaptado ao crescimento selvagem do capitalismo americano, na época em que este construía o seu poder, esmagando massas formadas de pioneiros individuais.

Formas similares de luta e organização poderão aparecer, aqui ou além, e espalhar-se quando, no decurso de grandes greves, os trabalhadores despertarem sem terem ainda confiança suficiente para tomarem em mãos os seus próprios assuntos. Mas isso não passará duma forma transitória. Com efeito, existe uma diferença fundamental entre as condições de luta futura na grande indústria e as da América de outrora. Ontem era a ascensão do capitalismo, amanhã será o seu declínio. Ontem, tinha de contar-se com a independência feroz de pioneiros ou o egoísmo primitivo de emigrantes à procura de meios de existência, quer dizer, com a expressão de um Individualismo pequeno-burguês que ia ser esmagado sob o jugo da exploração capitalista. Amanhã, as massas habituadas à disciplina durante toda a vida, pelas máquinas e pelo Capital, estreitamente ligadas ao aparelho produtivo, técnica e mentalmente, organizarão a utilização deste aparelho em novas bases: as da colaboração. Os trabalhadores tornaram-se proletários completos, em quem toda a sobrevivência de individualismo pequeno-burguês foi apagada há muito tempo pelo hábito de trabalho em comum. As forças neles escondidas, que são a solidariedade e a dedicação, esperam somente por grandes lutas, para se transformarem em princípios orientadores da vida. Então, mesmo as camadas mais oprimidas da classe operária, aquelas que só com hesitação se juntam aos camaradas, quererão seguir o seu exemplo e sentirão crescer nelas as novas forças comunitárias. Compreenderão então que a luta pela liberdade não só requer a sua adesão, mas também exige que desenvolvam a sua actividade própria e a confiança em si mesmos. Ultrapassando assim as formas intermédias de auto-determinação parcial, o progresso tomará definitivamente o caminho que leva à organização em conselhos.

Notas: Capítulo II

(1)I.W.W. - Industrial Workers of the World (Operários da Indústria do Mundo). [\(retornar ao texto\)](#)

(2)A.F.L. - American Federation of Labour (Federação Americana do Trabalho). [\(retornar ao texto\)](#)

Capítulo 3 - A Ocupação de Fábrica

Com as novas condições impostas pelo capitalismo, uma nova forma de luta por melhores condições de trabalho apareceu: a ocupação da fábrica. geralmente chamada greve de ocupação, com suspensão do trabalho, mas permanecendo os trabalhadores no local. Não foi inventada por teóricos, surgiu espontaneamente de necessidades práticas: a teoria mais não faz que explicar depois as suas causas e consequências. Durante a crise mundial de 1930, o desemprego era tão generalizado e persistente que se desenvolveu uma espécie de antagonismo de classe entre o pequeno número de privilegiados que trabalhavam e a massa dos sem trabalho. Toda a greve normal contra a redução dos salários se tornara impossível, porque as fábricas, uma vez evacuadas pelos grevistas, eram imediatamente invadidas pela massa daqueles que no exterior esperavam trabalho. Assim, a recusa de trabalhar em condições piores trouxe a obrigação de se soldar ao local de trabalho, ocupando a fábrica.

Tendo surgido assim de circunstâncias particulares, a greve de ocupação revelou contudo algumas características que lhe valeram ser considerada em seguida como expressão duma forma de luta que permitia ir bastante mais longe. Exprime a formação de uma unidade mais sólida. Na greve tradicional, a comunidade dos trabalhadores destrói-se ao deixar a fábrica. Dispersos pelas ruas ou nas suas casas, afogados no meio de outras pessoas, são indivíduos isolados. Para discutir ou tomar decisões, necessitam reunir-se em salas de reuniões, nas ruas ou praças públicas. Muitas vezes a polícia e as autoridades tentam entrar e mesmo proibir essas reuniões, mas os trabalhadores defendem com energia esse direito, porque no seu pensamento batem-se com os meios legais por objectivos legítimos. E por outro lado a legalidade da prática sindical é geralmente reconhecida pela opinião pública.

Mas quando essa legalidade não é reconhecida, quando o poder sempre crescente do grande Capital sobre o Estado contesta o emprego de salas ou praças publicas para tais assembleias, os trabalhadores, se querem lutar, têm de afirmar os seus direitos, tomando-as. Na América, cada greve era regularmente acompanhada de tumultos contínuos com a polícia, para o emprego das ruas e salas como locais de reunião. As greves de ocupação libertaram os trabalhadores desta necessidade, porque têm agora o direito de se reunir no local adequado: a fábrica. Ao mesmo tempo, a greve torna-se verdadeiramente eficaz, porque é impossível aos furadores de greves tomarem o seu lugar.

Naturalmente isto não se consegue sem novos e duros combates. Os capitalistas, proprietários das fábricas, consideram a ocupação pelos grevistas como uma violação da sua propriedade; apoiando-se

neste argumento jurídico, apelam para a polícia desalojar os trabalhadores. Com efeito, do ponto de vista estritamente jurídico, a ocupação de fábrica está em conflito com o direito formal, como toda a greve está em conflito com esse direito. De facto, os patrões fazem regularmente apelo a esse direito formal. Acusam os trabalhadores de romper o contrato de trabalho, o que lhes dá, dizem eles, o direito de substituir os grevistas por outros operários. Contudo e contra esta lógica jurídica, as greves continuaram, desenvolveram-se mesmo, porque eram uma forma de luta necessária.

O direito formal, de facto, não representa a realidade interna do capitalismo, mas tão somente as suas formas exteriores, às quais se agarram a burguesia e o espírito jurídico. O capitalismo, na verdade, não é um mundo de indivíduos assinando contratos em plena igualdade, como nos querem fazer crer, é antes um mundo de classes em luta. Quando a força dos trabalhadores era demasiado fraca, as concepções burguesas do direito formal eram importantes, os grevistas, considerados como tendo rompido o contrato de trabalho, eram, por consequência, despedidos e substituídos por outros. Mas nos locais onde a luta sindical conquistara o direito de vida, uma nova concepção jurídica mais justa apareceu: uma greve não é uma ruptura, uma cessação, mas uma suspensão temporária do contrato, com o objectivo de regular um conflito sobre condições de trabalho. Teoricamente os juristas podem não aceitar este ponto de vista, mas a sociedade fá-lo praticamente.

Deste modo, a ocupação de fábrica afirmou-se como um método de luta, por toda a parte onde era necessária e os trabalhadores capazes de resistir. Os capitalistas e juristas bem podiam titubear a propósito de violação do direito de propriedade, mas os trabalhadores continuavam a pensar que não se tratava de atacar esse direito, mas somente suspender-lhe temporariamente os efeitos. A ocupação de fábrica não é uma expropriação. É somente para o capitalista, uma suspensão momentânea do direito de dispor da fábrica. Depois de sanado o diferendo, torna a ser o senhor e indiscutível proprietário.

Mas a ocupação da fábrica é ainda qualquer coisa mais. Como fulgurante flash que iluminasse o horizonte, fez surgir uma visão dum desenvolvimento futuro. Pela ocupação, os trabalhadores inconscientemente demonstram que a sua luta entrou numa nova fase. Aqui se afirmam os seus sólidos laços de interesse, sob a forma duma organização no seio da fábrica e ao mesmo tempo essa unidade natural, que não pode dissolver-se em individualidades distintas. Aqui os trabalhadores tomam consciência das suas apertadas ligações com a fábrica. Para eles não é apenas um edifício pertencendo a alguém onde vêm trabalhar para seu único proveito, sujeitos inteiramente à sua vontade até que os despeça. Para eles, pelo contrário, a fábrica é um aparelho produtivo que fazem andar, um órgão que só se torna parte viva da sociedade através do seu trabalho. Nada do que lhes diga respeito lhes é estranho, estão lá como em sua casa, bem mais que os proprietários nos termos da lei, os accionistas que nem sequer

sabem onde ela fica. Na fábrica tomam consciência do conteúdo da sua vida, do seu trabalho produtivo, da sua comunidade de trabalho, dessa colectividade que transforma a fábrica num organismo vivo, num elemento do conjunto social. Através da ocupação aparece o sentimento, ainda vago, de que devem ser inteiramente os senhores da produção, que devem expulsar os intrusos: os capitalistas que só dão ordens, que fazem mau uso das riquezas da humanidade, esbanjando-as e devastando a Terra. E na difícil luta que será necessário travar para os eliminar, às fábricas caberá um papel essencial, primeiramente como unidades de base da organização comum, mas talvez também como praças fortes, como pontes de apoio, mesmo até como objectivos estratégicos das lutas. Por oposição a estes laços naturais que unem os trabalhadores às fábricas, o reino do Capital aparece como um domínio artificial, imposto do exterior, sem dúvida em plena força no momento presente, mas como que suspenso no ar, enquanto que a força dos trabalhadores, crescendo sem cessar, está firmemente enraizada na terra. Assim, nas ocupações das fábricas desenha-se esse futuro que: repousa na consciência mais clara de que as fábricas pertencem aos operários, formando um conjunto harmonioso, e que a luta será levada até ao fim nas e pelas fábricas.

Capítulo 4 - As Greves Políticas

Todas as grandes greves operárias do século passado tiveram outros motivos além de salários e melhores condições de trabalho. Ao lado das chamadas greves económicas, estalaram as greves políticas. O seu objectivo era obter ou impedir uma medida política. Não eram dirigidas contra os patrões, mas contra o governo do Estado, para o levar a conceder mais direitos políticos aos trabalhadores ou dissuadi-los de enveredar por uma via que lhes seria prejudicial. Assim podia mesmo acontecer que os patrões estivessem de acordo com esses objectivos e favorecessem a greve.

No capitalismo é necessário reconhecer à classe operária uma certa igualdade social e um certo número de direitos políticos. A produção industrial moderna assenta sobre técnicas complexas que advêm dum saber altamente desenvolvido; exige por isso dos trabalhadores uma colaboração pessoal atenta e o seu acordo para porem em acção as suas capacidades. Não se lhes pode pedir, como no caso dos coolies [\(1\)](#) ou dos escravos, que vão até ao esgotamento das suas forças utilizando a coacção física, o chicote ou a violência. A resposta seria igualmente dura: a sabotagem das máquinas. A coacção deve ser interiorizada, utilizar meios de pressão moral, fazendo apelo à responsabilidade individual. Os trabalhadores não devem sentir-se escravos impotentes e irritados, devem possuir meios para se oporem aos males que se tenta infligir-lhes. Devem sentir-se livres - livres para venderem a sua força de trabalho - e que vão até ao esgotamento das suas forças porque são eles - formalmente e na aparência - que determinam a sua própria sorte na

competição geral. Se se quer que a classe operária continue a existir, é necessário reconhecer-lhe, não somente a liberdade pessoal e jurídica proclamada pelo direito burguês, mas também os direitos e liberdades particulares: direito de associação, direito de reunião, direito sindical, liberdade de expressão, liberdade de imprensa. E todos esses direitos políticos devem ser protegidos pelo sufrágio universal: os trabalhadores devem poder exercer influência sobre o parlamento e sobre a fabricação das leis.

O capitalismo começou por recusar estes direitos. Foi ajudado pelo despotismo herdado do passado e pelo atraso mental dos governantes no poder. Começou por tentar transformar os trabalhadores em vítimas impotentes da exploração. Somente pouco a pouco, na sequência de lutas ferozes contra essa opressão desumana, alguns direitos foram arrancados. Nas suas origens, o capitalismo temia a hostilidade das classes inferiores; artesãos empobrecidos pela concorrência das máquinas, operários reduzidos à fome pelos seus baixos salários. O direito de voto era reservado estritamente às classes ricas. Mais tarde quando o capitalismo estava solidamente instalado, quando os lucros foram suficientes e o domínio estava assegurado, as restrições ao direito de voto desapareceram progressivamente. Mas foi somente sob coacção de uma forte pressão dos trabalhadores e muitas vezes depois de duros combates. As batalhas pela democracia são, no século XIX, o essencial da política interna dos países onde o capitalismo estava instalado. E começou pela Inglaterra.

Em Inglaterra, o sufrágio universal era uma das exigências principais da carta apresentada pelos trabalhadores ingleses do «movimento cartista». Foi o primeiro e mais glorioso período de luta da classe operária inglesa. A agitação que então se desenvolveu jogou um papel importante para forçar os proprietários da terra, detentores do poder, a ceder à pressão do movimento pelas reformas que, simultaneamente, lançavam os capitalistas industriais, cuja força estava em desenvolvimento. O Reform Act de 1832 reconheceu aos investidores industriais uma parte do poder político, mas os operários regressaram a casa de mãos vazias e tiveram de continuar a lutar. O movimento cartista atingiu o seu apogeu em 1839, quando foi decidido que o trabalho cessaria até que as reivindicações fossem satisfeitas. Foi o que se chamou: o mês sagrado.

Os trabalhadores ingleses foram, assim, os primeiros a brandir a ameaça duma greve política, arma nova na sua luta. Mas a greve não se realizou e, em 1842, a que foi desencadeada teve de ser interrompida sem resultado. Não tinha podido fazer vergar o poder, agora aumentado, da classe dirigente, que agrupava então os senhores das terras e os donos das fábricas. Só uma geração mais tarde, após um período de prosperidade e expansão industrial sem precedentes, a propaganda pelos direitos políticos reaparece, desta vez sob o impulso dos sindicatos agrupados na Associação Internacional dos Trabalhadores (a primeira Internacional, a de Marx e Engels). A opinião pública burguesa já estava agora preparada para estender

gradualmente o direito de voto à classe operária.

Em França, desde 1848, o sufrágio universal fazia parte da constituição republicana, se bem que o governo dependesse sempre, mais ou menos, do apoio da classe operária. Na Alemanha, nos anos de 1866-1870, a fundação do Império correspondia a um desenvolvimento febril do capitalismo que subvertia a população inteira; o sufrágio universal parecia ser um meio de garantir o contacto permanente com o conjunto do povo. Mas em muitos outros países, a classe dominante, e por vezes apenas uma parte privilegiada desta, agarrava-se firmemente ao seu monopólio político. Nesta situação as campanhas pelo direito de voto apresentavam-se como ponto de partida para a conquista do poder político e da liberdade. Elas arrastaram um número cada vez maior de trabalhadores a participar na actividade política e na sua organização. Por outro lado, o medo do domínio pelo proletariado agudizou a resistência da classe dominante. Sob a sua forma jurídica e legal, o problema parecia sem esperança de solução favorável às massas: o sufrágio universal não podia ser concedido por um voto legal, no parlamento, quer dizer por deputados escolhidos pela maioria dos privilegiados, e que eram assim convidados a destruir as suas próprias bases. Daqui resultava que o fim só podia ser atingido por meios extraordinários, por uma pressão exterior e finalmente por greves políticas em massa. Um exemplo clássico é a greve pelo direito de voto que houve na Bélgica em 1893. De facto é instrutivo.

Na Bélgica, um sufrágio censitário restrito permitia a uma súa de conservadores do partido clerical deter eternamente o poder governamental. As condições de trabalho nas minas de carvão e nas fábricas eram notoriamente as piores da Europa e levavam frequentemente a explosões de cólera que se traduziam em greves. A extensão do direito de voto considerado como um meio de reforma social, muitas vezes proposta como tal por alguns parlamentares liberais, era sempre recusada pela maioria conservadora. Então o Partido Operário, que conduzia a agitação, que se organizava e preparava para este tipo de acção há anos, decidiu uma greve geral. Esta greve tinha por fim fazer pressão sobre o Parlamento durante a discussão de uma proposta de lei sobre um novo modo de eleição. Devia demonstrar o grande interesse que nela tinham as massas e a sua firme vontade: estas não hesitariam em abandonar o seu trabalho, para prestarem toda a sua atenção a esta questão fundamental. A greve devia também incitar todos os elementos indiferentes, quer trabalhadores, quer pequeno-burgueses, a tomar parte no que, para eles, era de interesse vital. Devia igualmente mostrar, aos dirigentes «limitados», o poder social da classe operária, devia fazer-lhes compreender que os trabalhadores estavam fartos de estar sob tutela. Claro que a maioria parlamentar começou por resistir, recusando inclinar-se perante pressões exteriores, querendo decidir em plena consciência. Fez ostensivamente retirar o projecto de sufrágio universal da ordem do dia e pôs-se a debater outros problemas. Entretanto, a greve estendia-se cada vez mais; parou toda a produção, o mesmo aconteceu com os transportes e os serviços públicos, tão ciosos, habitualmente, do dever, foram atingidos.

O funcionamento ao aparelho governamental ficou perturbado e no mundo dos negócios, onde começava a manifestar-se uma inquietação crescente, pensava-se em voz alta que era menos perigoso satisfazer as exigências dos grevistas que correr para a catástrofe. Também a determinação dos parlamentares começou a enfraquecer; sentiam que tinham de escolher entre ceder ou esmagar a greve com a intervenção do exército. Mas poder-se-ia, neste caso, ter confiança nos soldados? A sua resistência teve pois que se vergar, a sua alma e consciência modificar-se e, finalmente, aceitaram e votaram o projecto. Os trabalhadores, graças à sua greve política, tinham alcançado o seu fim e obtido o seu direito político fundamental.

Depois de um tal sucesso, muitos trabalhadores e os seus porta-vozes pensaram que esta nova arma, tão eficaz, poderia ser utilizada mais frequentemente para obter reformas importantes. Mas tiveram que mudar de tom. A história do movimento operário conheceu mais greves políticas seguidas de insucessos que de sucessos. Este género de greves procura impôr a vontade dos trabalhadores a um governo da classe capitalista. É uma espécie de revolta, de revolução, que desperta o instinto de conservação da classe dominante e a leva à repressão. Estes instintos só são reprimidos quando uma parte da própria burguesia se sente incomodada pelo arcaísmo das instituições políticas e sente necessidade de reformas. As acções das massas operárias tornam-se então um instrumento de modernização capitalismo. A greve resulta porque os trabalhadores estão unidos e cheios de entusiasmo, face a uma classe possidente dividida. Paradoxalmente, ela pode atingir o seu fim, não porque a classe capitalista esteja fraca, mas porque o capitalismo está forte. O capitalismo saiu reforçado da greve belga, porque o sufrágio universal, que assegura, no mínimo, a igualdade política, permite-lhe enraizar-se mais profundamente na classe operária. O direito de voto é inseparável do capitalismo evoluído, porque os trabalhadores precisam de eleições, como, aliás, dos sindicatos, para assegurar a sua função na sociedade capitalista.

Mas se agora os trabalhadores crêem ser capazes de impor a sua vontade, contra os reais interesses dos capitalistas, em certos pontos mesmo menores, deparam com uma classe dominante sólida como um bloco. Sentem-no intuitivamente e permanecem indecisos e divididos, porque não têm para os conduzir projectos precisos, que anulariam todas as indecisões. Verificando que a greve não é geral, cada grupo torna-se por sua vez hesitante. Voluntários vindos de outras classes sociais oferecem-se para assegurar os serviços de urgência e as trocas; sem dúvida não são capazes de fazer andar a produção, mas a sua atitude desencoraja, mesmo que pouco, os grevistas. A proibição de reuniões o desdobramento das forças armadas, a lei marcial mostram a força do governo e a vontade de a utilizar. A greve começa então a apodrecer e deve terminar, por vezes com consideráveis perdas e muitas decepções para as organizações vencidas. Na sequência de experiências como estas, os trabalhadores puderam dar-se conta de que o capitalismo tem forças internas que lhe permitem resistir a esses assaltos mesmo massivos e organizados.

Mas ao mesmo tempo sentem, com certeza, que as greves de massas, se são feitas no momento próprio, permanecem uma arma eficaz.

Esta ideia foi confirmada pela primeira revolução russa de 1905. Ela mostrou que as greves de massas podiam ter um carácter inteiramente novo. A Rússia da época ainda só estava nos começos do capitalismo; contava-se apenas com algumas fábricas nas grandes cidades, mantidas essencialmente por capital estrangeiro e subsídios do Estado, onde camponeses esfaimados se amontoavam na esperança de se tornarem trabalhadores industriais. Os sindicatos e as greves eram proibidas. O governo era primitivo e despótico. O Partido Socialista, composto de intelectuais e operários, tinha de combater por aquilo que as revoluções burguesas da Europa haviam já obtido: a supressão do absolutismo e a introdução de direitos e leis constitucionais. Por este facto, a luta dos trabalhadores russos só podia ter um carácter espontâneo e caótico. Começou por greves selvagens, protestando contra as miseráveis condições de trabalho. Foram duramente reprimidas pelos cossacos e pela polícia. A luta tomou então um carácter político,

Notas: Capítulo IV

1. Colonos índios ou chineses em colónias europeias. [\(retornar ao texto\)](#)

Capítulo 6 - A Revolução dos Trabalhadores

A revolução pela qual a classe operária atingirá o poder e a liberdade não é um acontecimento único, com uma duração limitada. É um processo de organização, de auto-educação, no decurso do qual os trabalhadores encontrarão pouco a pouco, ora por uma progressão regular, ora por saltos, a força para vencer a burguesia, para destruir o capitalismo e construir um novo sistema de produção colectiva. Esse processo ocupará toda uma época histórica, da qual ignoramos a duração, mas na qual estamos seguramente à beira de entrar. Se bem que não possamos prever os detalhes do seu desenrolar, podemos apesar disso discutir desde já as condições e circunstâncias em que terá lugar.

O combate em questão não pode comparar-se a uma guerra normal entre forças antagonistas do mesmo tipo. As forças dos trabalhadores parecem-se com um exército que se reagrupa durante a batalha! Elas devem crescer pela própria luta, não podem afirmar-se antes; só podem pôr defronte objectivos parciais e atingir objectivos parciais. Se examinarmos a história, vemos desenvolver uma série de acções que parecem ser outras tantas falhas de tentativas de tomada de poder: do cartismo à Comuna de Paris, passando por 1848. até às revoluções da Rússia e Alemanha de 1917-1918. Mas há aí progressos numa

mesma direcção; cada tentativa nova mostra um nível de consciência e de força mais elevado. A história do trabalho mostra-nos, por outro lado, que há, na luta incessante da classe operária, altos e baixos que correspondem na sua maioria às variações da prosperidade industrial. No começo do desenvolvimento industrial, cada crise trazia a miséria e movimentos de revolta; a revolução de 1848 no continente era a seqüela duma grande depressão económica combinada com as más colheitas. A depressão industrial dos anos de 1867 originou um renovar da agitação política em Inglaterra, a grande crise dos anos de 1880, o desemprego enorme que se lhe seguiu, suscitaram acções de massas, a subida da social--democracia no continente e o «novo sindicalismo» em Inglaterra. Mas nos períodos: de prosperidade industrial, como por exemplo entre 1850 e 1870, 1895 e 1914, todo esse espírito de revolta desapareceu. Quando o capitalismo está florescente e estende o seu império em actividade febril, quando não há desemprego e quando as acções dos sindicatos são capazes de originar aumentos de salários, os trabalhadores não pensam em mudar o que quer que seja no sistema social. A classe capitalista, acumulando riquezas e poder, acredita-se capaz de tudo, avança sobre os trabalhadores e consegue impregná-los do seu espírito nacionalista. Formalmente, os trabalhadores podem ficar agarrados às velhas palavras de ordem revolucionárias, mas no seu subconsciente estão satisfeitos com o capitalismo, a sua visão das coisas está estreitada; é por isso que, ainda que o seu número aumente, o seu poder declina. Até que uma nova crise os apanhe desprevenidos e os acorde de novo.

Se o poder combativo adquirido anteriormente se esboroa na satisfação duma prosperidade nova, a questão põe-se em saber se a sociedade e a classe operária estarão algum dia suficientemente maduras para a revolução. Para responder a esta questão, é necessário examinar de mais perto o desenvolvimento do capitalismo.

A alternância de prosperidade e de depressão na indústria não é um simples movimento de pêndulo. Cada novo movimento foi sempre acompanhado de uma expansão. Depois de cada baixa, de cada crise, o capitalismo foi capaz de tornar a subir a encosta estendendo o seu domínio, os seus mercados, o número de produtos e a importância da sua produção. Enquanto o capitalismo puder estender sempre mais o seu domínio sobre o mundo e aumentar as suas dimensões, pode oferecer empregos à massa da população. E enquanto puder fazer face à primeira exigência de todo o sistema de produção, proporcionar o necessário vital a todos os seus membros, será capaz de se manter, porque nenhuma inexorável necessidade obrigará os trabalhadores a acabar com ele. Se ele pudesse continuar a prosperar, estendendo-se sempre mais, a revolução seria então tanto impossível como supérflua, só restaria esperar por um desenvolvimento gradual da cultura que pudesse pôr termo às suas carências.

Mas o capitalismo não é um sistema de produção normal, e de modo nenhum um sistema estável. Os

capitalistas da Europa e depois da América puderam fazer crescer a sua produção com tal regularidade e rapidez, porque estavam cercados por um vasto mundo não capitalista, possuindo apenas uma reduzida produção, e sendo, ao mesmo tempo, fonte de matérias-primas e mercado para os seus produtos. Esta separação entre um núcleo capitalista activo e um todo à volta passivo, vivendo na sua dependência, era um estado de coisas artificial: o núcleo estendia-se (e estende-se) sem cessar. Sendo a própria essência da economia capitalista, o crescimento, a actividade, a expansão, qualquer paragem significa a queda e a crise. A razão é que os lucros se acumulam continuamente, sob a forma de novo capital que tem de ser investido para trazer novos lucros; assim a massa do capital e a massa dos produtos crescem cada vez mais depressa e os mercados são procurados cada vez mais febrilmente. Também o capitalismo é uma grande força revolucionária, que transforma por toda a parte as antigas condições e modifica o aspecto da Terra. Aos milhões, novos indivíduos, populações inteiras que durante séculos tinham vivido por si mesmas e sem mudanças notáveis, unicamente da sua produção familiar, vêem-se envolvidos pelo turbilhão do comércio mundial. O próprio capitalismo, a exploração industrial, introduzem-se nesses países e depressa os antigos clientes se tornam concorrentes. No século XIX, vindo da Inglaterra, o capitalismo instalou-se em França, na Alemanha, na América, no Japão, depois invade, no século XX, os vastos territórios da Ásia. Inicialmente, permanecendo ao nível da concorrência individual, ulteriormente organizando-se sob a forma de Estados nacionais, os capitalistas lançaram-se numa luta pelos mercados, pelas conquistas coloniais, pelo domínio do mundo. Assim vão sempre em frente, revolucionando domínios cada vez mais vastos.

Mas a Terra não passa de uma esfera cuja superfície é limitada. A descoberta das dimensões finitas do globo acompanhou a subida do capitalismo há quatro séculos; a tomada em consideração dos limites dessas dimensões mostra que o capitalismo tem um fim. A população a escravizar é limitada. Uma vez que tenha feito entrar debaixo do seu domínio as centenas de milhões de pessoas que vivem nas planícies férteis da China e da Índia, o trabalho essencial do capitalismo estará realizado. Então já não haverá grandes massas humanas para subjugar. Seguramente ficarão enormes regiões selvagens onde desenvolver as culturas, mas a sua exploração exigirá a cooperação consciente da humanidade organizada; os métodos de rapina grosseiros do capitalismo, «a violação da terra» que destrói a sua fertilidade, não poderão absolutamente ser empregues neste caso. Assim a expansão do capital encontrar-se-á ela própria posta em cheque. Não como se um obstáculo se levantasse subitamente diante dela, mas pouco a pouco, pela dificuldade de vender os seus produtos e investir o capital. Então o ritmo de desenvolvimento baixará e a produção diminuirá. O desemprego tornar-se-á uma doença insidiosa. Então a luta entre capitalistas pela dominação do mundo tornar-se-á mais encarniçada, com a perspectiva de novas guerras mundiais.

Não podemos deixar de duvidar do facto de que uma expansão ilimitada do capitalismo, oferecendo

possibilidades de vida duradoiras a toda a população, esteja excluída pelo carácter económico intrínseco desse sistema. O momento virá em que todos os males das depressões, as calamidades do desemprego, os terrores; da guerra, se acentuarão cada vez mais. Então a classe operária, se ainda não estiver revoltada, deve sublevar-se e combater. Então os trabalhadores deverão escolher entre sucumbir passivamente ou bater-se activamente para alcançar a sua liberdade. Então deverão assumir a tarefa de criar um mundo melhor a partir do caos engendrado pelo capitalismo em plena decrepitude.

E eles bater-se-ão? A história humana é uma série incessante de combates; e Clausewitz, o teórico de guerra alemão, tirava da história a conclusão de que no mais íntimo de si mesmo o homem é um ser guerreiro. Mas outros, tão cépticos como ardentes revolucionários, vendo a timidez, a submissão, a indiferença das massas desesperam muitas vezes quanto ao futuro. É preciso examinar-mos duma maneira mais aprofundada o impacto de todas as forças psicológicas.

O impulso dominante e mais profundo no homem é, como para todos os seres vivos, o instinto de conservação. Esse instinto obriga a defender a própria vida com todas as forças. O medo e a submissão são assim o efeito desse instinto, quando, frente a senhores todo-poderosos, são as melhores hipóteses de conservação. De todas as diversas aptidões do homem, são essas as melhor adaptadas para conservar a vida, nas circunstâncias do momento, que prevalecerão e se desenvolverão. Na vida quotidiana, no regime capitalista, é impossível e mesmo perigoso para um trabalhador conservar os seus sentimentos de independência de orgulho; quanto mais os reprimir e obedecer em silêncio, menos dificuldades encontrará para achar e conservar um emprego. A moral ensinada pelos padres da classe dominante reforça esta disposição. E só alguns espíritos independentes aceitam o desafio e estão prontos a enfrentar as dificuldades que daí resultam.

Mas em período de crise e de perigo, toda essa submissão, toda essa virtude, não tem qualquer utilidade para a preservação da vida; somente o combate pode consegui-lo e então eles cedem lugar aos opostos, a revolta e a coragem. Os mais audazes dão o exemplo e os tímidos descobrem com surpresa de que actos de heroísmo são capazes. A confiança e o ardor despertam neles; e crescem porque só do seu desenvolvimento dependem as hipóteses de vida e de felicidade. E imediatamente, por instinto e por experiência, eles sabem que só a colaboração e unidade podem dar forças às massas. Quando então compreendem que forças existem neles e nos seus camaradas, quando sentem a felicidade e o orgulho do despertar do respeito por si mesmos e do devotamento fraternal, quando vêm despontar a imagem duma sociedade nova que ajudam a construir, o entusiasmo e ardor tornam-se uma força irresistível. Então a classe operária começa a estar madura para a revolução. Então o capitalismo começa a estar maduro para o afundamento.

Assim, uma humanidade nova está prestes a nascer. Os historiadores espantam-se muitas vezes quando vêm as rápidas mudanças que intervêm no carácter das pessoas em período revolucionário. Isso parece ter algo de milagroso; mas simplesmente mostra quantos traços estão nelas escondidos, reprimidos porque não têm nenhuma utilidade. E ressurgem então, temporariamente talvez; mas, se a situação continua a exigí-lo, tornam-se as qualidades dominantes, transformando o homem, tornando-o apto para fazer frente às novas circunstâncias e às novas necessidades.

A primeira metamorfose, a mais importante, exprime-se pelo desenvolvimento do sentimento comunitário. As suas primeiras manifestações aparecem no capitalismo, como consequência do trabalho comum e da luta comum. É reforçado pela tomada de consciência, extraída da experiência, de que o operário isolado é impotente contra o capital e que somente uma solidariedade efectiva pode garantir condições de vida suportáveis. Quando a luta se torna mais áspera e mais importante e se alarga numa luta pelo domínio sobre o trabalho e a sociedade, uma luta de que dependem a vida e o amanhã, a solidariedade deve estender-se, dar origem a uma unidade generalizada e indissolúvel. O novo sentimento comunitário, penetrando por toda a parte a classe operária, suplanta o velho egoísmo do mundo capitalista.

Isto não é inteiramente novo. Nos tempos primitivos, predominava na tribo o sentimento comunitário, o das formas simples, comunistas, do trabalho. O homem estava inteiramente ligado à tribo, separado dela não era nada; em todos os seus actos, o indivíduo não contava, comparado com a prosperidade e a honra da comunidade. O homem primitivo era um com a tribo; estava ligado a ela por relações complexas, inextricáveis, e não era ainda uma «pessoa» reconhecida. Quando, seguidamente, os homens se separaram e se transformaram em pequenos produtores independentes, o sentimento comunitário apagou-se para dar lugar a um individualismo que fazia da própria pessoa o centro de todo o interesse e de todos os sentimentos. Durante longos séculos que marcaram a ascensão da burguesia, da produção mercantil e do capitalismo, o individualismo despertou e esse novo carácter afirmou-se cada vez mais solidamente. É uma aquisição que não pode mais ser contestada. Seguramente, isso não impede que o homem seja, no sistema capitalista, um ser social; a sociedade comanda e, em momentos críticos - por exemplo, revoluções e guerras -, o sentimento comunitário impõe-se temporariamente, como um dever excepcional. Mas em período normal, esse sentimento é reprimido e submergido pela quimera orgulhosa da independência do indivíduo.

Aquilo que se desenvolve na classe operária não é a transformação inversa, como aliás a modificação das

condições da vida não é um regresso às formas do passado. Trata-se de uma fusão do individualismo e do sentimento comunitário numa unidade superior. É a subordinação consciente de todas as forças do indivíduo ao serviço da comunidade. Ao gerar poderosas forças produtivas, os trabalhadores, como os seus senhores todo-poderosos de hoje, desenvolvem a sua personalidade a um nível ainda desigual. Desde que toma consciência da relação que existe entre o sentimento de personalidade e a sociedade, o homem, unificando este com o sentimento social infinito que o anima, atinge uma nova percepção da vida, que se apoia na compreensão do facto de que a sociedade é a fonte do ser humano inteiro.

O sentimento comunitário é, desde sempre, a força principal, necessária para o progresso da revolução. Esse progresso incarna no desenvolvimento da solidariedade, das relações mútuas entre trabalhadores, na sua unidade. A organização e poder crescente são caracteres novos, que se forjam durante a luta; correspondem a uma transformação do ser no mais íntimo de si mesmo, a uma nova moralidade. O que os comentadores dizem da guerra ordinária - quer dizer que as forças morais aí têm um papel predominante -, é também verdadeiro para a guerra de classes. O que aí se visa é de outro modo importante. As guerras não têm sido sempre mais que uma luta entre forças rivais da mesma natureza, que, qualquer que tenha sido o vencedor, não podia modificar a estrutura da sociedade. Os conflitos de classes, pelo contrário, são combates por novos princípios e a vitória da classe ascendente conduz a sociedade a um estado superior de desenvolvimento. Se as comparamos com uma guerra no sentido ordinário, verificamos que as forças morais exigidas aqui são de natureza superior: colaboração dedicada e voluntária em lugar de obediência cega, fé num ideal em lugar de fidelidade a chefes, amor aos seus companheiros de classe, de humanidade, em lugar de amor à pátria. O seu desencadear não é uma violência armada, nem assassínio, mas a firmeza, o endurecimento, a perseverança, a força de persuasão, a organização. O seu objectivo não é partir cabeças, mas abrir inteligências. É certo que a acção armada também jogará um papel importante na luta de classes: a violência armada dos dirigentes não pode ser derrubada por um sofrer paciente «à Tolstoi». Ela deve ser vencida pela força, mas por uma força animada por uma profunda convicção moral.

Houve guerras que tiveram um pouco esse carácter, guerras que eram uma espécie de revolução - ou parte de uma revolução -, por ocasião das lutas pela liberdade travadas pela burguesia. Nos locais onde a burguesia em expansão lutava pelo domínio contra os poderes feudais do interior ou do estrangeiro (monarquia e propriedade da «raiz») - como na Grécia da Antiguidade, a Itália e a Flandres da Idade Média, a Holanda, a Inglaterra e a França dos séculos seguintes -, o idealismo e o entusiasmo, nascidos de sentimentos profundos das necessidades de classe, engendraram actos de grande heroísmo e abnegação. Esses episódios, tais como os que encontramos na Revolução Francesa ou na libertação da Itália pelos partidários de Garibaldi, contam-se entre as mais belas páginas da história humana. Os historiadores glorificaram-nas e os poetas cantaram-nas, como épocas de grandeza que jamais terminariam. Mas o que

se seguiu a esta libertação, a verdadeira realização prática da nova sociedade, foram a dominação pelo Capital, o contraste entre o luxo insolente e a miséria, a avareza e a rapacidade dos homens de negócios, a caça aos lugares de funcionário; todo esse baixo espectáculo de baixo egoísmo caiu como um balde de água fria sobre a geração seguinte. Nas revoluções burguesas, o egoísmo e a ambição de algumas personalidades fortes jogam um papel importante; regra geral, os idealistas são sacrificados e são os mais vis que alcançam a riqueza e o poder. Na burguesia, cada um deve tentar elevar-se caminhando sobre os outros. As virtudes do sentimento comunitário não foram senão uma necessidade temporária para permitir à classe burguesa alcançar o poder; desde que esse fim foi atingido, dão lugar a uma luta sem piedade de todos contra todos.

Aqui tocamos a diferença fundamental entre as revoluções burguesas do passado e a revolução operária que se aproxima. Para os trabalhadores, o forte sentimento comunitário que nasce da sua luta pelo poder e pela liberdade é simultaneamente a base de uma sociedade nova. As virtudes da solidariedade e do devotamento, os impulsos para a acção comum numa sólida unidade engendrados pela luta social, são os próprios fundamentos do novo sistema económico que assenta sobre o trabalho em comum; serão exaltadas e perpetuadas pela sua própria prática. A luta forma a nova humanidade, aquela requerida pelo novo sistema de trabalho. O grande individualismo do homem depara, doravante, com uma melhor via para se afirmar como a sede insaciável de poder pessoal sobre os outros. Aplicando toda a sua força para a libertação da classe, desenvolver-se-á mais completamente e nobremente que para atingir fins pessoais.

-----*-----

O sentimento comunitário e de organização não chegam para vencer o capitalismo. Porque ele mantém a classe operária na submissão, o domínio espiritual da burguesia tem o mesmo poder que a força física. A ignorância é um entrave à liberdade. As velhas ideias e tradições pesam enormemente nos espíritos, mesmo quando já foram tocados por ideias novas. É que agora os objectivos são vistos por outro ângulo mais estreito, as palavras de ordem bem sonantes são aceites sem crítica, as ilusões de sucesso fácil, as meias-medidas e as falsas promessas desviam do bom caminho. Mede-se assim toda a importância das forças intelectuais para os trabalhadores. O saber e a perspicácia são factores essenciais para a ascensão da classe operária.

A Revolução operária não será o efeito de uma força física brutal, será sim uma vitória do espírito. Será certamente obra do poder resultante da massa dos operários, mas este poder será sobretudo espiritual. Os trabalhadores não ganharão por possuírem sólidos punhos - os punhos são facilmente dirigidos, por vezes voltados contra os seus possuidores por espíritos astuciosos; também não ganharão por serem a maioria -

as maiorias ignorantes e desorganizadas foram regularmente mantidas em sujeição e na impotência por minorias organizadas e instruídas. A maioria só vencerá se forças, morais e intelectuais, poderosas lhe permitirem ultrapassar e dominar os seus senhores. Ao longo da história, as revoluções não foram avante porque novas forças espirituais se levantaram nas massas. Contudo as revoluções são períodos construtivos de evolução da humanidade. E mais ainda que todas as que se desenrolaram no passado, a revolução que fará dos trabalhadores os senhores do mundo exigirá as mais levadas qualidades morais e intelectuais.

Poderão os trabalhadores fazer frente a esta necessidade? Como poderão adquirir o saber necessário? Seguramente não será nas escolas, onde as crianças são impregnadas de ideias falsas sobre a sociedade, essas ideias que as classes dominantes desejam ver-lhes adoptar. Certamente também não será nos jornais, pertencendo e sendo editados por capitalistas ou por grupos em luta pelo poder. Com certeza não será escutando os sermões lançados do alto dos púlpitos, de onde sempre foi pregada a submissão e onde só raramente ascendem indivíduos como John Ball (1). Certamente não será escutando a rádio, porque se, outrora, as discussões públicas eram um meio poderoso dos cidadãos se iniciarem nos assuntos públicos, hoje pelo contrário só saiam da rádio discursos de sentido único, procurando esclerosar os auditores passivos e que, pelo seu barulho incessante e inoportuno, não permitem uma reflexão ponderada. Certamente também não será indo ao cinema, que ao contrário do teatro que foi, no início, um meio de educação e mesmo de combate da burguesia -, faz somente apelo à impressão visual, mas nunca à reflexão ou à inteligência. Todos são instrumentos poderosos que a classe dominante utiliza para manter a classe operária numa escravatura espiritual. Todos são empregues para esse fim, por vezes com uma astúcia instintiva e uma intenção deliberada. E as massas trabalhadoras submetem-se à sua influência sem se aperceberem de nada. Deixam abusar de si com palavras enganadoras e aparências. Mesmo aqueles que compreendem um pouco o que são as classes e as lutas, abandonam os seus assuntos aos dirigentes e aos políticos e aplaudem-nos quando utilizam os velhos temas que lhe são queridos. As massas passam os seus tempos livres à procura de prazeres pueris, ignorando os grandes problemas da sociedade e de que dependem a sua existência e a dos seus filhos. Não será um problema insolúvel esse do desencadear e do sucesso da revolução operária, quando a sagacidade dos dirigentes e a indiferença dos dirigidos impedem todo e qualquer desenvolvimento das condições espirituais necessárias!

Mas as forças do capitalismo trabalham nas profundezas da sociedade, empurrando as velhas condições, impelindo as pessoas para a frente mesmo contra sua vontade. Os seus efeitos perturbadores são, tanto quanto possível, reprimidos, para salvaguardar os velhos hábitos de vida; acumulados no subconsciente, esses efeitos não fazem mais que intensificar as tensões internas. Até que finalmente, durante a crise, no paroxismo da necessidade, eles quebram tudo e libertam-se na acção, na revolta. A acção não é o

resultado duma intenção deliberada; surge irresistivelmente, como um acto espontâneo. Em tais acções espontâneas, o homem descobre aquilo de que é capaz e isso não deixa de o surpreender. E porque a acção é sempre colectiva, revela a cada um que as forças confusamente sentidas em si mesmo existem nos outros. A confiança e a coragem despertam com a descoberta desta grande força de classe que é a vontade comum; apoderam-se de massas cada vez mais importantes, sacodem-nas e arrastam-nas.

A acção estala espontaneamente, imposta pelo próprio capitalismo aos trabalhadores, que não a desejam. Ela não é o resultado, mas o ponto de partida do seu desenvolvimento espiritual. Uma vez começada a luta, os trabalhadores devem continuar a atacar e defender-se; devem utilizar no máximo as suas forças. A indiferença desaparece, ela era apenas uma forma de resistência a necessidades que se sentiam incapazes de dominar. Um período de esforços intelectuais intensos aparece. Ao opor-se às forças imensas do capitalismo, os trabalhadores compreendem que não podem esperar vencer a não ser pelo preço de esforços cada vez maiores e utilizando todas as suas reservas de energia. O que aparecia apenas sob a forma de vagos indícios no decorrer das lutas ordinárias, desabrocha agora largamente. Toda a força que dormia no seio das massas desperta e põe-se em movimento. É o trabalho criador da revolução. A necessidade de uma sólida unidade está agora bem presente nas suas consciências; a necessidade do saber faz-se agora sentir a todo o momento. Toda a parcela de ignorância, toda a ilusão sobre o carácter e as forças do inimigo, qualquer fraqueza na resistência à sua astúcia, a incapacidade para refutar os seus argumentos e as suas calúnias, pagam-se com a derrota e o revés. Um desejo ardente, surge dos impulsos profundos do ser, obrigando os trabalhadores a fazer funcionar o seu cérebro. As novas esperanças, as novas visões do amanhã animam o espírito, transformam-no numa força activa e viva, que não se poupa a trabalhos na procura de verdade, na aquisição de conhecimentos.

Onde encontrarão os trabalhadores o saber de que têm necessidade?

As fontes são numerosas: toda uma literatura científica, de livros e brochuras, explicando os factos fundamentais e as teorias da sociedade e do trabalho, existe já e outras se seguirão. Mas essas obras apresentam a maior diversidade de opiniões sobre o que deve ser feito; e os próprios trabalhadores devem escolher e distinguir o que é verdadeiro e justo. Devem utilizar o seu próprio cérebro, reflectir duma maneira profunda, discutir seriamente. Porque terão sem cessar que fazer frente a novos problemas, problemas a que os velhos livros não dão qualquer solução. Neles só encontrarão um conhecimento geral da sociedade e do Capital; apresentam os princípios e teorias tirados das experiências precedentes. O nosso próprio trabalho é procurar a sua aplicação a situações que se renovam sem cessar.

Esta compreensão necessária não pode resultar da instrução duma massa ignorante por sábios professores,

do recheio de crâneos de alunos passivos. Só pode ser adquirida pela auto-educação, por essa actividade intensa que anima os cérebros dum vivo desejo de compreender o mundo. A tarefa da classe operária seria bem fácil, se apenas consistisse em receber a verdade estabelecida por aqueles que a conhecem. Mas a verdade de que os operários têm necessidade não existe em parte alguma do mundo, a não ser neles próprios. Ela tem de ser desenvolvida neles e por eles próprios. O que está escrito neste livro não tem a pretensão de ser uma verdade definitiva para ser aprendida de cor. Não é mais que um sistema de ideias, elaborado a partir duma experiência da sociedade e do movimento operário e das reflexões críticas que ela inspira. e editado para levar outras pessoas a reflectir e a discutir os problemas do trabalho e a sua organização. Há centenas de pensadores capazes de apresentar novas pontes de vista; há milhares de trabalhadores inteligentes que, uma vez que tenham examinado estes problemas, serão capazes de tirar do seu próprio conhecimento uma melhor concepção, mais detalhada da organização da sua luta e do seu trabalho. O que ali fica dito pode ser a faísca que acenderá a chama nos seus espíritos.

Existem grupos e partidos que se pretendem detentores exclusivos da verdade. Tentam conquistar os trabalhadores para as suas ideias pela propaganda e excluir e aniquilar todas as outras opiniões. Pela coacção moral e, quando não têm outros meios, também pela coacção física, tentam impôr as suas ideias às massas. Deve ser bem claro para todos que o ensino unilateral dum sistema doutrinário só pode servir - e de facto serve - para fabricar seguidores obedientes. Por isso mantém a velha dominação ou prepara uma nova. A auto-emancipação das massas trabalhadoras subentende a autonomia de pensamento, a aprendizagem por si mesmo. Exige que as massas determinem elas próprias o que é verdadeiro ou falso, pela actividade do seu próprio intelecto. Fazer trabalhar o cérebro é muito mais difícil e muito mais fatigante que fazer trabalhar os seus músculos. Mas é preciso fazê-lo, porque é o cérebro que comanda os músculos, e, se o não fizermos, serão outros cérebros que os comandarão.

É por isso que a liberdade sem limites de discussão, de expressão e de opinião é o único ar verdadeiramente respirável, no decorrer das lutas operárias. Há mais de um século, Shelley, o maior poeta inglês do século XIX, «o amigo dos pobres abandonados por todos», reivindicava, contra um governo despótico, o direito, para cada um, de exprimir livremente a sua opinião. «Cada homem tem direito a uma liberdade de discussão ilimitada...

Não tem somente o direito de exprimir as suas ideias, mas também o dever de o fazer... e nenhum acto legislativo pode abolir esse direito». Shelley proclamava a filosofia que afirma os direitos naturais do homem. Para nós. é porque é necessária para a libertação da classe operária que a liberdade de expressão e de imprensa deve ser afirmada. Restringir a liberdade de discussão e impedir os trabalhadores de atingir o conhecimento que lhes é necessário. Todo o despotismo de outrora, todas as ditaduras de hoje começam

por perseguir a imprensa ou mesmo suprimir a sua liberdade; qualquer restrição imposta a esta liberdade é o primeiro passo para conduzir os operários à dominação pelos novos senhores, quaisquer que sejam. Contudo, não é necessário que as massas sejam protegidas contra as mentiras, as deformações e a propaganda enganadora dos seus inimigos? No domínio da educação, só mantendo o indivíduo cuidadosamente afastado de influências nefastas se poderá nele desenvolver a faculdade de lhes resistir e de as vencer. A classe operária não poderá nunca fazer a aprendizagem da sua liberdade, submetendo-se a uma tutela espiritual. Quando os inimigos se apresentam disfarçados em amigos, e quando, examinando a diversidade de opiniões, cada partido tem tendência a considerar os outros todos como perigos para a classe, quem deve determinar o verdadeiro e o falso? Os trabalhadores, seguramente; devem encontrar o seu caminho nesse domínio, como em todos os outros. Mas os trabalhadores poderão condenar como nocivas opiniões que, amanhã, se revelarão as bases dum novo progresso. Contudo, só permanecendo aberta a todas as ideias que a vinda de um novo mundo engendra no espírito dos homens, pondo-as à prova e escolhendo as que lhe convêm, exercitando o seu raciocínio e faculdades mentais, pondo as suas próprias conclusões em prática, é que a classe operária conseguirá atingir a superioridade intelectual requerida para dominar o poder do capitalismo e constituir uma nova sociedade.

Cada revolução da história foi uma época de febril actividade espiritual. Às centenas, aos milhares, apareceram jornais e brochuras políticas testemunhando a intensa auto-educação das massas. Na revolução proletária que virá não será diferente. E ilusório pensar que, uma vez saídas da submissão, as massas terão uma visão lúcida e uniforme e que seguirão o seu caminho sem hesitações, numa unanimidade de opiniões. A história mostra-nos que, aquando de tais alvoradas, surgiu no espírito dos homens uma profusão de ideias novas, as mais diversas, expressão de um mundo novo, entrada hesitante da humanidade num novo domínio, oferecendo imensas possibilidades, desabrochar da vida espiritual. É que só através da confrontação de todas essas ideias se cristalizarão os princípios directores essenciais das novas tarefas. Os primeiros grandes sucessos, resultados de acções espontâneas e unidas, destruindo as velhas cadeias, não farão mais que abrir todas as grandes portas da prisão; os trabalhadores, pelos seus próprios esforços, deverão descobrir então novas orientações para irem mais longe na via do progresso.

Isto é o mesmo que dizer que esta época estará cheia do barulho das lutas partidárias. Os que têm as mesmas ideias formarão grupos para as discutir entre si e propagar, para esclarecer os seus camaradas. Tais grupos, com as mesmas opiniões, poderão ser chamados partidos, se bem que o seu carácter seja totalmente diferente do desses partidos políticos que o antigo mundo conheceu. Sob o regime parlamentar, os partidos políticos são os órgãos representantes de interesses de classe diferentes ou opostos. No movimento da classe operária apresentavam-se como organizações, tomando a direcção da classe, agindo como seus porta-vozes e seus representantes, e aspirando a guiá-la e dominá-la. A nova

função dos partidos estará antes limitada à luta espiritual. A classe operária não tem necessidade deles para a sua acção prática; terá criado os seus novos órgãos para a acção, os conselhos. Na organização da fábrica, a organização em conselhos, será a totalidade dos operários que agirá e que deverá decidir o que haverá a fazer. Nas assembleias e nos conselhos, as diferentes opiniões serão expostas e defendidas e da controvérsia deverá sair a decisão e acção unânime.

A unidade do fim só poderá ser atingida pela discussão de pontos de vista divergentes. A função dos partidos, e é uma função importante, será fazer tomar forma à opinião, organizá-la por trocas, discussões, proceder de maneira que as ideias nascentes tomem formas concisas, que se clarifiquem, que os argumentos sejam exprimidos numa forma compreensível e pela sua propaganda, faze-los conhecer por toda a gente. Só desta maneira os trabalhadores, nas suas assembleias e conselhos, poderão julgar da verdade dessas ideias e argumentos, dos seus méritos, da sua aplicabilidade em cada caso particular; poderão então tomar as suas decisões com pleno conhecimento de causa. É assim que as forças espirituais, criadas pelas ideias novas, que germinarão como ervas selvagens em todas as cabeças, serão organizadas, postas em forma, transformadas em instrumentos utilizáveis pela classe. Eis a grande tarefa que deve desempenhar a luta entre partidos no decorrer do combate dos trabalhadores pela sua libertação, tarefa muito mais nobre que aquela na qual os velhos partidos gastavam todos os seus esforços: apoderar-se do poder por si próprios.

Passar da supremacia de uma classe para a da outra, eis um elemento essencial de qualquer revolução, tanto nas do passado como na da classe operária. Esta transição não depende da sorte, de acontecimentos acidentais. Se os acidentes. Os altos e baixos dependem de condições e situações diversas, que são impossíveis de prever, constata-se igualmente, desde que se examinem as coisas dum ponto de vista mais alargado, que existe uma marcha para diante bem definida e que pode ser estudada com antecedência. Trata-se do crescimento do poder social da classe ascendente e do enfraquecimento do poder social da classe em declínio. Essas rápidas variações de poder, visíveis apesar de tudo, são a característica fundamental das revoluções sociais. É preciso que estudemos também mais de perto os elementos, os factores constituintes do poder das classes que se opõem.

O poderio da classe capitalista consiste, em primeiro lugar, na posse do capital. Ela é a dona de todas as fábricas, das máquinas, das minas, de todo o aparelho produtivo da sociedade. A humanidade depende por isso desta classe para trabalhar e viver. Com o seu dinheiro e poder que este lhe confere, pode não somente comprar os servidores para seu uso pessoal, mas, quando é ameaçada, estipendiar um número ilimitado de homens, jovens e robustos, para defender o seu domínio, organizando-os em grupos bem armados e assegurando-lhes uma posição social. Pode também, fornecendo-lhes lugares de honra e bons

salários, comprar artistas, escritores e intelectuais, não só para divertir e servir os senhores do momento, mas também para cantar os seus louvores, para celebrar a sua autoridade e, pela astúcia e também pelo saber, defender o seu domínio de toda a crítica.

Mas o poder espiritual da classe capitalista tem raízes mais profundas que a possibilidade de comprar inteligências. A burguesia, donde é oriunda a camada superior da classe capitalista, foi sempre uma classe iluminada e confiante em si própria, graças à sua larga visão que se estende à escala do mundo. Para ela, a existência, o trabalho, o sistema de produção deveriam assentar sobre a cultura e o saber. Os seus princípios - reconhecimento da propriedade privada, responsabilidade pessoal, exaltação do esforço e da energia individual impregnam toda a sociedade. Os trabalhadores transportam para si mesmos essas ideias; elas vêm-lhes dos meios pequeno-burgueses arruinados donde provêm, e todos os meios físicos e espirituais possíveis são postos em acção para preservar e reforçar a influência destas ideias pequeno-burgueses sobre as massas. Assim, o domínio da classe capitalista está firmemente enraizado no pensamento e mesmo nos sentimentos da maioria escravizada.

O factor mais importante; do poderio da burguesia continua a ser a sua organização política: o poder do Estado. Somente uma sólida organização pode permitir a uma minoria governar a maioria. A unicidade e a continuidade dos fins e a vontade do governo central, a disciplina da burocracia de funcionários, que enerva a sociedade inteira como o sistema nervoso se ramifica em todo o corpo e que é animada e dirigida por um mesmo estado e espírito, a possibilidade de dispor de uma força armada sempre que é necessário, tais são os meios que permitem a esta minoria assegurar o domínio incontestável sobre a população. A solidez da fortaleza exalta ao máximo as forças físicas da guarnição e cria um poder indomável que reina sobre uma região inteira; o mesmo acontece com o poder do Estado: consolida as forças físicas e espirituais da classe dominante e cria uma fortaleza inatacável. O respeito que os cidadãos têm pelas autoridades, respeito que provém do sentimento de que a existência de autoridades é uma necessidade e a influência de tradições e da educação, assegura normalmente a marcha sem atropelos do aparelho. Se o descontentamento levasse a população à revolta, que poderia fazer desarmada e sem organização, contra as forças armadas, bem organizadas e disciplinadas, do governo? Com o desenvolvimento do Capitalismo, o poderio duma burguesia numericamente importante encontra-se concentrado nas mãos de um número cada vez mais pequeno de grandes capitalistas; o Estado concentra-se também, aumenta o seu poder e, estendendo cada vez mais as suas funções, acrescenta; sempre a sua influência sobre a sociedade.

Que pode a classe operária opor a essas formidáveis forças?

Cada vez mais a classe operária constitui a parte maior da sociedade (sobretudo nos países ditos

avanzados); está concentrada em empresas industriais gigantes. Todas as máquinas, todo o aparelho produtivo da sociedade está nas suas mãos, não juridicamente sem dúvida, mas literalmente, na prática. É verdade que os capitalistas são os senhores e os proprietários, mas nada podem fazer além de comandar. Se a classe operária não fizer caso das suas ordens, não podem fazer trabalhar as máquinas. Os trabalhadores, esses podem. Os operários são os senhores directos e reais das máquinas; quer seja obedecendo a ordens ou decidindo por si próprios, podem fazê-las funcionar ou pará-las. São eles que desempenham a função económica mais importante: toda a sociedade assenta sobre o seu trabalho.

Esta força de origem económica fica adormecida tanto tempo quanto os trabalhadores forem subjugados pelas ideias burguesas. É a consciência de classe que faz uma força efectiva. Pela prática de vida e do trabalho, os trabalhadores descobrem que formam uma classe muito particular, explorada pelo Capitalismo, que eles devem combater para se libertarem eles próprios da exploração. A sua luta obriga-os a compreender a estrutura do sistema económico, a conhecer o que é a sociedade. Mau grado todas as propagandas contrárias, este novo conhecimento tirará das suas cabeças as ideias burguesas tradicionais, porque se enraíza na verdade, na realidade vivida quotidianamente, enquanto que as velhas ideias exprimem as realidades passadas de um mundo acabado.

É pela organização que as forças económicas e espirituais se transformarão em poder activo. A organização liga todas as vontades diferentes numa unidade de fim e reúne as forças isoladas em poderosa unidade de acção. As suas formas exteriores podem modificar-se e diversificar-se segundo as circunstâncias, mas ela tira a sua essência, o seu novo carácter moral, da solidariedade do firme sentimento comunitário, do devotamento do espírito de sacrifício, da auto-disciplina. A organização é o princípio vital da classe operária, a condição da sua emancipação. Uma minoria, governando graças a uma forte organização, não poderá ser vencida e não o será certamente, a não ser pela organização da maioria.

Assim se erguem, frente a frente, os elementos constitutivos do poderio das classes antagonistas. Os elementos do poderio da burguesia aí estão, imensos e temíveis, porque são forças que existem e dominam, enquanto que os do poder da classe operária, à partida insignificantes, devem desenvolver-se com o impulso duma vida nova. A classe operária cresce em número e em importância económica, pela mesma razão que o capitalismo se desenvolve; mas outros factores de poder, tais como a clarividência e a organização, dependem dos esforços dos próprios trabalhadores. São esses factores que determinam a eficácia na luta e por consequência eles são os resultados dessa mesma luta; todo o revés obriga, com efeito, as células cinzentas e os cérebros a procurar remédio, todo o sucesso enche os corações duma confiança plena de ardor. O despertar da consciência de classe, um conhecimento mais profundo da sociedade e do seu desenvolvimento, acarretam a libertação da escravatura espiritual, o fim da

passividade, a abertura às forças intelectuais, a ascensão das massas a uma verdadeira humanidade. A união para um combate comum é já, fundamentalmente, uma libertação social; os trabalhadores, escravizados pelo Capital, reencontram a sua liberdade de acção. Da submissão acordam para a independência, colectivamente, por essa união organizada que desafia o poder dos seus senhores. Progredir, para a classe operária, é fazer avançar os factores do seu poder. O que pode ser ganho como melhoria das condições de trabalho e de vida depende da força que os trabalhadores adquiriram; se esta força declina, mesmo relativamente - seja em relação à do capitalismo, seja em consequência de uma clarividência e de esforços insuficientes ou de mudanças sociais inevitáveis -, as condições de trabalho dos operários sofrerão. Só há um critério para julgar qualquer forma de acção, táctica método de luta ou forma de organização: aumentam ou não o poder dos trabalhadores? Na situação presente, sem dúvida, mas também, e é o essencial, com vista ao futuro para atingir o fim supremo, a destruição do capitalismo. Ontem o sindicalismo deu forma aos sentimentos de solidariedade e de unidade e reforçou a força combativa dos operários, agrupando-os numa organização eficaz; mas mais tarde, quando reprimiu todo o espírito de luta e fez passar a obediência aos chefes à frente do instinto de solidariedade de classe, o desenvolvimento do poder da classe operária foi entravado. Ontem também, o trabalho dos partidos socialistas contribuiu fortemente para despertar, nas massas, o interesse pela política e sua compreensão; mas quando mais tarde esses partidos se puseram a tentar restringir as actividades das massas ao parlamentarismo e começaram a pregar-lhes ilusões de democracia política, tornaram-se uma fonte de fraqueza.

Ultrapassando essas dificuldades passageiras, a classe operária deve fazer brotar a sua força no decorrer das acções que hão-de vir. Deve esperar-se, sem dúvida, por um período de crises e combates; poderão ocorrer alternâncias de calma, de recaída, de consolidação do capitalismo. É então que tradições e ilusões poderão agir momentaneamente como factores de enfraquecimento. Mas é também então que se poderá aproveitar esses períodos de descanso para uma preparação e, graças a uma propaganda perseverante, para fazer penetrar mais nos trabalhadores as novas ideias de autodeterminação e de organização em conselhos. Neste momento, e, aliás, desde agora, a tarefa de cada operário que tomar consciência das possibilidades de libertação da sua classe, será a de expandir as suas ideias entre os camaradas, tentar sacudir a indiferença e abrir os seus olhos. Esta propaganda desempenha um papel essencial para o futuro. A realização prática de uma ideia é impossível, enquanto não tiver penetrado amplamente os espíritos das massas. A luta é uma fonte inesgotável de poder para a classe em desenvolvimento. Não se pode prever agora que formas revestirá o combate dos trabalhadores pela sua libertação. Conforme as épocas e os lugares, poderá tomar a forma de guerra civil encarniçada, forma que as revoluções de outrora, onde era necessário forçar a decisão, conheceram frequentemente. Poder-se-ia pensar que os trabalhadores não

teriam, em tal caso, qualquer possibilidade, porque os governos e os capitalistas podem recrutar exércitos em numero ilimitado, graças ao seu dinheiro e autoridade. De facto, a força da classe operária não pode exercer-se plenamente nestes confrontos sangrentos, os massacres e a matança. O seu verdadeiro terreno é o domínio do trabalho, do trabalho produtivo e, para mais, esta força reside na superioridade de espírito e de carácter dos membros da classe. E, na própria luta armada, a superioridade capitalista não é incontestável. A produção de armas está nas mãos dos trabalhadores; a acção das tropas mercenárias depende do seu trabalho. Se estas tropas forem em número limitado e se toda a classe operária, unida e sem temor, se erguer contra elas, elas serão reduzidas à impotência e submersas pelo número. Se, pelo contrário, estas tropas forem numerosas, compreenderão necessariamente trabalhadores acessíveis ao apelo de solidariedade de classe.

A classe operária deve encontrar e desenvolver as formas de luta adaptadas às suas necessidades. Lutar pressupõe que ela siga a via que escolheu livremente, guiada pelos seus interesses de classe, independente dos seus antigos mestres, portanto oposta a eles. As suas faculdades criadoras afirmam-se na luta através da descoberta das vias e dos meios. Outrora, as formas de luta da classe operária tinham surgido espontaneamente da sua prática e da sua imaginação; greve, voto, manifestação de rua, meeting de massa, panfletos, greve política, eis alguns exemplos. O mesmo acontecerá no futuro. As acções, quaisquer que sejam as formas assumidas, terão sempre as mesmas características, o mesmo fim, o mesmo efeito: acrescentar os elementos próprios do poder da classe, enfraquecer e destruir as forças do inimigo. A julgar pela experiência, são as greves políticas das massas que têm as mais fortes consequências; no futuro poderiam ser ainda mais eficazes. No decurso destas greves, nascidas de crises agudas no seio de fortes tensões, os arrebatamentos são demasiado impetuosos, as perspectivas demasiado vastas, para que sindicatos ou partidos, comités ou estados-maiores de dirigentes oficiais possam assumir o seu comando. Trazem a marca das acções directas de massas. Os trabalhadores não entram em greve individualmente mas por fábrica, enquanto pessoal que decide colectivamente a acção. Formam-se imediatamente comités de greve, que agrupam os delegados de todas as empresas e apresentam já características dos conselhos operários. Devem realizar a unidade na acção e, tanto quanto possível, a unidade nas ideias e nos métodos, assegurando a interacção continua entre os impulsos da luta, no seio das assembleias de fábrica, e as discussões no seio dos conselhos. Assim, os trabalhadores criam os seus próprios órgãos, opondo-se aos órgãos da classe dominante.

Tal greve política é uma espécie de revolta, ainda que sob forma legal, dirigida contra o governo. Tenta, ao paralisar a produção e as trocas, exercer uma pressão tal que o governo seja obrigado a ceder às reivindicações dos trabalhadores. Por seu lado, o governo, recorrendo às medidas políticas de interdição das reuniões, de suspensão da liberdade de imprensa, de mobilização das forças armadas - isto é,

transformando a sua autoridade legal numa força arbitrária, mas bem real - tenta quebrar a determinação dos grevistas. Nisso é ajudado pela própria classe dominante que, graças ao seu monopólio da imprensa, faz a opinião pública e tenta, através de uma propaganda intensa à base de calúnias, isolar e desencorajar os grevistas. A classe dominante consegue também recrutar voluntários, não somente para manter um mínimo de actividade nas trocas e nos serviços públicos, mas também para formar bandos armados que aterrorizam os trabalhadores e procuram levar a greve para o terreno da guerra civil, forma que melhor convém à burguesia. A greve não pode durar indefinidamente e uma das partes, a que possui mais fraca coesão interna, tem de ceder.

As acções de massas e as greves universais são a luta de duas classes, de duas organizações que, apoiando-se cada uma na sua própria coesão, procuram que a outra dobre e, finalmente, quebre. Isto não pode fazer-se no decurso de uma única acção; é preciso uma sucessão de lutas, toda uma época de revolução social. Porque cada uma das classes antagónicas dispõe de recursos profundos, que constituem a base do seu poder e que lhes permite refazer-se depois de um revés. Os trabalhadores podem ser desencorajados e vencidos num dado momento, as suas organizações podem ser destruídas, os seus direitos abolidos, mas as forças sempre em movimento do capitalismo, as suas próprias forças internas e a sua vontade de viver, erguê-los-ão uma vez mais. O capitalismo, por sua vez, também não pode ser destruído de um só golpe; mesmo se a sua fortaleza, o Estado e o seu poder, for sacudida e demolida, a classe capitalista dispõe ainda de toda o peso das suas forças físicas e espirituais. A história é pródiga de exemplos de governos totalmente desamparados, mesmo abatidos pela guerra e pela revolução, que foram repostos no lugar pelo poder económico da burguesia, seu dinheiro, suas capacidades intelectuais, sua paciente habilidade, sua consciência de classe que se incarna num ardente sentimento nacional. Mas, finalmente, a classe operária que constitui a maioria do povo, aquela cujo trabalho está na base de toda a sociedade, aquela que tem a disposição directa do aparelho de produção, essa classe deve arrebatá-lo. E esta vitória deve tomar a forma duma dissolução e dum desabamento do poder do Estado, a mais potente organização da classe capitalista, sob a acção de uma sólida organização da classe maioritária.

Aí onde a acção dos trabalhadores for tão poderosa que os próprios órgãos do governo sejam paralisados, os conselhos deverão desempenhar as funções políticas. Os trabalhadores deverão assegurar a ordem e a segurança pública, ocupar-se da continuidade da vida social, os conselhos são os órgãos apropriados para essa tarefa. O que é decidido nos conselhos é posto em prática pelos trabalhadores. É por isso que os conselhos se tornarão os órgãos da revolução social. Com os progressos da revolução, as suas tarefas terão cada vez maior amplitude. Enquanto durar a luta das classes pela supremacia, tentando cada uma, graças à solidez da sua organização, quebrar a da outra, a sociedade deve continuar a viver. Mesmo que nos momentos críticos de alta tensão ela possa viver das reservas de géneros, a produção não pode estar

parada por um tempo muito longo. É por esta razão que os trabalhadores, se as suas forças internas de organização falham, são constrangidos pela fome a ficar de novo sob o antigo jugo. É a razão pela qual, se forem suficientemente fortes para desafiar, rechaçar e abater o poder do Estado, se conseguirem sobrepor-se à violência, se se tornarem senhores das fábricas, devem imediatamente ocupar-se da produção. Serem senhores das fábricas traz imediatamente a necessidade de organizar a produção. A organização posta a funcionar para a luta, os conselhos, serão igualmente a organização da reconstrução.

Diz-se dos Judeus da Antiguidade que construiriam os muros de Jerusalém, que lutaram com a espada numa mão e a pá na outra. Aqui a espada e a pá serão uma só. Construir a organização da produção é pôr em marcha a arma mais poderosa, pode mesmo dizer-se a única arma verdadeira, para destruir o capitalismo. Por toda a parte onde os trabalhadores abriram o seu caminho nas fábricas e se apoderaram das máquinas, devem imediatamente começar a organizar o trabalho. Aí onde a direcção capitalista tenha desaparecido, tenha perdido toda a audiência e poder, os trabalhadores reconstruirão a produção sobre novas bases. Pela sua acção prática, estabelecerão o novo direito, a nova lei. Não poderão esperar que a luta tenha completamente terminado por toda a parte, em todos os domínios; a nova ordem deverá nascer de baixo, partir das fábricas, trabalho e luta misturados.

Simultaneamente, os órgãos do capitalismo e do governo definharão até se tornarem coisas completamente supérfluas e estranhas à nova ordem. Poderão ainda fazer mal, mas terão perdido essa autoridade de que se revestem as instituições úteis e necessárias. Então os papéis serão invertidos. É uma evidência que se imporá cada vez mais a todos. A classe operária e os seus órgãos, os conselhos, formam o poder que determina a ordem, porque a vida e prosperidade da; população inteira dependem do seu trabalho e da sua organização. As medidas e os regulamentos decididos nos conselhos, executados e seguidos pelas massas trabalhadoras, serão respeitados e reconhecidos como emanando de uma autoridade legítima. Ao contrário, os velhos organismos governamentais enfraquecerão, para se tornarem forças exteriores que tentarão simplesmente impedir a estabilização da ordem nova. Os bandos armados da burguesia, mesmo que ainda se mantenham poderosos, tomarão cada vez mais o carácter de perturbadores ilegais, de destruidores nocivos, no mundo de trabalho em plena ascensão. Causadores de agitação, acabarão por ser submetidos e dissolvidos.

Eis tanto quanto nos é possível prevê-lo neste momento, a maneira como o poder do Estado desaparecerá, com o desaparecimento do próprio capitalismo. Outrora predominavam ideias diferentes sobre a futura revolução social. Pensava-se que a classe operária devia primeiramente conquistar o poder político, alcançando através de eleições a maioria no parlamento, eventualmente com a ajuda de lutas armadas ou de greves políticas. O novo governo que daí resultaria, composto de porta-vozes, de chefes e políticos,

teria, por decreto, estabelecido um novo direito, expropriado a classe capitalista e organizado a produção. Os próprios trabalhadores apenas teriam tido que fazer metade do trabalho, a parte menos essencial; o trabalho real, a reconstrução da sociedade, a organização do trabalho, teria sido realizada pelos políticos e burocratas socialistas. Esta concepção é a imagem da fraqueza da classe operária dessa época; pobre, miserável, sem poder económico, era-lhe necessário ser conduzida à terra prometida da abundância por outros, por chefes capazes, por um governo cheio de boas intenções. E, bem entendido, assim continuaria na sujeição, porque a liberdade não se dá, conquista-se. Esta ilusão fácil foi dissipada pelo crescimento do poder do capitalismo. Hoje, os trabalhadores devem compreender que só desenvolvendo ao mais alto grau o seu próprio poder, poderão esperar conquistar a sua liberdade, devem compreender que a dominação política, o domínio da sociedade tem de estar fundamentados no poder económico, no domínio do trabalho.

A conquista do poder político pelos trabalhadores, a abolição do capitalismo, o estabelecimento do novo Direito, a apropriação das empresas, a reconstrução da sociedade, a construção dum novo sistema de produção, não são elementos sucessivos e distintos. São simultâneos, coexistem no desenrolar de um processo de transformação social. São de facto aspectos diferentes, baptizados com nomes diferentes, dum mesmo processo, duma grande revolução social: a organização do trabalho pela humanidade trabalhadora.